

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO

68ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO

Dia: **16/02/2012 (quinta-feira)**

Horário: **14 horas**

Local: **Sala da Congregação**

ORDEM DO DIA:

01) RELATÓRIO DE ESTÁGIO DE EXPERIMENTAÇÃO – interessado:

- ❑ **Milton Groppo Júnior (proc.2005.1.1350.59.1)** – relatório de estágio de experimentação no RDIDP.
- Parecer da relatora interna do Conselho do Departamento de Biologia (**ANEXO 1.**)
- Parecer do relator externo do CD (**ANEXO 2.**)
- Aprovado pelo CD em 07/02/12, por unanimidade.
- Informação SP-020/2012 (**ANEXO 3.**)

02) RECONHECIMENTO DE CURSO – interessado:

- ❑ **Departamento de Música (Of.09/DM/FFCLRP/31.01.2012)** – reconhecimento do curso de Música.
- Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Artística com Habilitação em Música (**ANEXO 4.**)
- Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Música com habilitação em Instrumento, Canto e Arte Lírica (**ANEXO 5.**)
- Aprovado pelo Conselho do Departamento em 13/01/12.
- Aprovado pela Comissão de Graduação em 07/02/12, por unanimidade.

03) INDICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO JUNTO AO CONSELHO DELIBERATIVO DO CIRP – interessado:

- ❑ **Centro de Informática de Ribeirão Preto (proc.2012.1.15.77.0)** – solicita a indicação de representante titular e suplente junto ao Conselho Deliberativo.
- Regimento do CIRP (**ANEXO 6.**)
- Indicação do Departamento de Biologia: Prof. Dr. Ademilson Panunto Castelo
- Indicação do Departamento de Química: Prof. Dr. Grégoire Jean-François Demets
- Indicação do Departamento de Física: Prof. Dr. Nelson Augusto Alves
- Indicação do Departamento de Psicologia: Prof. Dr. Sérgio Sheiji Fukusima
- Indicação do Departamento de Educação, Informação e Comunicação: Prof. Dr. José Eduardo Santarém Segundo
- Indicação do Departamento de Computação e Matemática: Prof. Dr. José Augusto Baranauskas

04) SUGESTÃO PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE – interessada:

- ❑ **Diretoria**
- Informação Diretoria 035/2012 e anexos (**ANEXO 7.**)

05) PROCESSO DE PROGRESSÃO DE NÍVEL NA CARREIRA DOCENTE – interessada:

- ❑ **Secretaria Geral** – indicação de Professores Adjuntos III e IV das Universidades Federais como Assessores *ad hoc* para avaliar os Professores Doutores no processo de progressão de nível na carreira.
- Lista de assessores do Departamento de Educação, Informação e Comunicação (**ANEXO 8.**)
- Lista de assessores do Departamento de Computação e Matemática (**ANEXO 9.**)
- Lista de assessores do Departamento de Física (**ANEXO 10.**)
- Lista de assessores do Departamento de Música (**ANEXO 11.**)
- Lista de assessores do Departamento de Química (**ANEXO 12.**)
- Documentação sobre o processo (**ANEXO 13.**)
- Lista de inscritos do Departamento de Biologia (**ANEXO 14.**)
- Lista de inscritos do Departamento de Computação e Matemática (**ANEXO 15.**)
- Lista de inscritos do Departamento de Educação, Informação e Comunicação (**ANEXO 16.**)
- Lista de inscritos do Departamento de Física (**ANEXO 17.**)

- Lista de inscritos do Departamento de Música (**ANEXO 18.**).
- Lista de inscritos do Departamento de Psicologia (**ANEXO 19.**).
- Lista de inscritos do Departamento de Química (**ANEXO 20.**).

***OBS:** A Circular SG/8, de 31/01/2012, ressalta: “Caso a sua Unidade queira indicar professores adjuntos para avaliar também professores associados, os nomes deverão ser submetidos à aprovação, por 2/3 dos membros da Congregação, como especialistas de reconhecido saber, assim como é feito para constituição de bancas de Livre Docência (artigo 190, §2º do Regimento Geral).”

**06) CONCURSO DE PROFESSOR TITULAR – ÁREA DE BIOLOGIA GERAL –
RELATÓRIO DA COMISSÃO JULGADORA– interessado:**

- ❑ **Departamento de Biologia – (proc.2011.1.887.59.8)** – relatório do concurso ao qual estava inscrito o Prof. Dr. Carlos Alberto Garófalo.
- Quadro geral de notas (**ANEXO 21.**)
- Relatório apresentado (**ANEXO 22.**)

OBS.: A DOCUMENTAÇÃO DOS ITENS AQUI RELACIONADOS ENCONTRA-SE À DISPOSIÇÃO DOS SENHORES MEMBROS DA CONGREGAÇÃO NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA ACADÊMICA DA FACULDADE.

INTERESSADO: Prof. Dr. MILTON GROPPA JÚNIOR

ASSUNTO: Relatório de Estágio de Experimentação em RDIDP

PERÍODO: Setembro de 2009 a Setembro de 2011

PARECER DO RELATOR

Após leitura atenta e criteriosa do Relatório de Atividades e demais documentos encaminhados pelo interessado, faço as considerações abaixo:

O Prof. Dr. Milton Groppo Júnior evidenciou grande atividade didática, tendo ministrado a disciplinas obrigatória de Graduação “Sistemática de Espermatófitas” (6 créditos) e participando da disciplina “Seminários Integrados de Biologia I”, de responsabilidade do Prof. Marcelo Motokane. Ministrou ainda três disciplinas de Pós-Graduação: “Sistemática e Biologia Comparada de Eucotiledôneas” (4 créditos), “Nomenclatura Botânica” (2 créditos), ambas no Programa de Pós-Graduação em Biologia Comparada (FFCLRP) e “Sistemática de Angiospermas com Ênfase em Eudicotiledôneas” (4 créditos), esta última oferecida no Programa de Pós-Graduação em Botânica (Instituto de Biociências). O Prof. Dr. Milton apresentou ainda uma palestra e ministrou quatro cursos de curta duração, além de ter organizado o curso “Construção de chaves interativas com ênfase no programa Lucid”.

No período a que se refere este relatório, o Prof. Dr. Milton concluiu a orientação de quatro Monografias para Conclusão do Curso de Ciências Biológicas e duas Dissertações de Mestrado. Adicionalmente, orientou um bolsista de Treinamento Técnico da FAPESP. Encontra-se em andamento a orientação de dois alunos de Doutorado, sendo um deles com bolsa da FAPESP, dois alunos de Mestrado, dois alunos de Iniciação Científica, e uma aluna de Treinamento Técnico com bolsa da FAPESP.

No período a que se refere este relatório, o Prof. Milton demonstrou grande progresso no trabalho de investigação científica, tendo publicado 18 artigos científicos e mais 7 artigos aceitos para publicação, além de ter publicado 4 capítulos de livros. Possui ainda 9 trabalhos apresentados em congressos nacionais ou internacionais. O interessado coordena ou coordenou cinco projetos de pesquisa financiados pela FAPESP, CNPq ou Pró-Reitoria de Graduação e participa como pesquisador principal de três outros projetos de pesquisa.

O Prof. Milton participou de Bancas Examinadoras/Julgadoras em concurso público (1), Defesas de Doutorado (4), Defesas de Mestrado (5), Trabalhos de Conclusão de Curso (4), e Exames de Qualificação (6). Atuou ainda como assessor científico de várias revistas científicas e

24
25

contribuiu com diversos pareceres em relatórios de pesquisa, pedidos de bolsas, avaliador de painéis e resumos, entre outros. Adicionalmente, o docente é editor da revista "Acta Botanica Brasilica".

Deve ser ressaltada a atividade de Curadoria do Herbário SPFR realizada pelo Prof. Milton. Esta importante atividade de extensão, em associação com a identificação de espécies vegetais, tem sido fundamental para os projetos de pesquisa das mais variadas Instituições de Pesquisa, incluindo Unidades da USP. No período, o Prof. Milton promoveu ainda o início da informatização do herbário e entrou com o pedido de cadastramento da coleção do herbário junto ao CGEN (órgão do Ministério do Meio Ambiente).

Demonstrando seu engajamento institucional, o Prof. Milton é representante titular dos Professores Doutores, junto ao Conselho do Departamento de Biologia, é membro suplente da Comissão de Cultura e Extensão da FFCLRP/USP e também é membro suplente da CPP do Programa de Pós-Graduação em Biologia Comparada.

Quanto ao Plano de Pesquisa apresentado, o mesmo é continuação do importante trabalho na área de Filogenia e Delimitação da subtribo Galipeinae (Galipeae, Rutaceae), com base em seqüências de DNA do núcleo e cloroplasto. É um trabalho muito interessante, que contribuirá para a resolução de problemas de delimitação genérica de alguns grupos, além de oferecer uma oportunidade de aprendizado das mais modernas técnicas de biologia, para os alunos de Graduação e Pós-Graduação.

Por todos os motivos acima expostos, sou de parecer **FAVORÁVEL** à aprovação do Relatório de Estágio de Experimentação em RDIDP, do Prof. Dr. Milton Groppo Júnior.

Ribeirão Preto, 21 de dezembro de 2011



Profa. Dra. Maria Helena S. Goldman



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA "LUIZ DE QUEIROZ"



Av. Pádua Dias, 11 • Caixa Postal 9 • Cep 13418-900 • Piracicaba, SP - Brasil
Fone (19) 3429-4100 • Fax (19) 3429-4468
<http://www.esalq.usp.br>

Parecer Circunstanciado

Referente ao estágio de experimentação no
RDIDP do Prof. Milton Groppo Jr.
(FFCLRP-USP)

Durante o período de setembro de 2009 a setembro de 2011, o Prof. Milton Groppo Jr., teve atividade regular como docente na graduação, ministrando a disciplina "Sistemática de Espermatófitas", com carga horária de 90 horas anuais e na pós-graduação, oferecendo as disciplinas "Sistemática e Biologia Comparada das Eudicotiledôneas", Sistemática de Angiospermas com Ênfase em Eudicotiledôneas" e "Nomenclatura Botânica". Orienta atualmente dois alunos de doutorado, dois alunos de mestrado, dois alunos de iniciação científica e um aluno de treinamento técnico, tendo concluído, no período, a orientação de dois alunos de mestrado. Além disso, ministrou palestras, organizou cursos e possui projetos de pesquisa financiados pela FAPESP.

Merece destaque a sua produtividade científica, que inclui 18 artigos científicos nos últimos três anos, inclusive em revistas com índice de impacto relevante em sua área de atuação, como a Brittonia, Plant Systematic Evolution, Novon e Nature, além de quatro capítulos de livro publicados. Participou, ainda, de quatro bancas de doutorado, cinco de mestrado e uma de concurso público, além de ser editor de área da revista Acta Botanica Brasilica, editada pela Sociedade Botânica do Brasil.

Do ponto de vista administrativo, é curador do herbário da Instituição e participa de comissões e conselhos dentro da própria unidade.

O seu projeto de pesquisa sugere uma continuidade das atividades que vêm sendo desenvolvidas até o momento, ligadas ao estudo filogenético das Rutaceae neotropicais e o seu *curriculum vitae* evidencia que se trata de um professor com uma carreira ao mesmo tempo bastante regular e em permanente desenvolvimento.

Assim, considerando a documentação apresentada, venho recomendar fortemente a aprovação de seu estágio de experimentação, destacando que a FFCLRP-USP conta com um professor que apesar de possuir uma carreira profissional relativamente curta (seis anos de USP) vem realizando um excelente trabalho no que se refere à captação de recursos para a melhoria das condições de pesquisa em uma área (Sistemática Vegetal) em que sua unidade tem pouca tradição, na formação de recursos humanos e na produção científica.

Piracicaba, 01 de fevereiro de 2012

Prof. Dr. Vinicius Castro Souza
Departamento de Ciências Biológicas
ESALQ/USP

	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto Fone: (16) 3602-4959, 3602-3690 e 3602-3635 "Campus" de Ribeirão Preto

Folha nº: 373

Rubrica: _____

Interessado (a): **MILTON GROPPA JUNIOR**
Assunto: Nomeação – Relatório no regime.
Processo: 05.1.1350,59.1

INFORMAÇÃO SP – 020/2012

Informamos que verificando a documentação apresentada, tendo em vista os ofícios OF. CIRC. CERT 04/2000 e 02/2005; o departamento apresentou:

- 1.- parecer de relator interno do departamento, via original;
- 2.- parecer de relator externo a Unidade, via original;
- 3.- relatório de atividades;
- 4.- currículo lattes; e
- 5.- projeto de pesquisa.

Quanto ao ofício Of.Circ.ATAc/059/FFCLRP/210611, deixamos de nos manifestar por não ser competência desta seção ler e opinar a respeito do material apresentado.

Assim, propomos o encaminhamento dos autos:

- 1.- à ATAc.
- 2.- à CERT

Sç de Pessoal, 9 de fevereiro de 2012.

JOSÉ ROBERTO VERÍSSIMO
Chefe de Seção de Pessoal - Nº USP 2459343

Jrv/rmr

ATAc
21/2/2012
Des. Akelone
Prof. Dra. Catarina Leite Cordeiro
Diretora do PPCLRP-USP, conforme
Parecer CIP 1017/96-RUSP

III. Projeto Pedagógico

III.1. Curso de Licenciatura em Educação Artística com Habilitação em Música

1. Perfil do Graduando

– Perfil do Graduando Ingressante

O graduando em Música deve possuir formação básica sólida, ampla e histórica dos conceitos, princípios e teorias da música, assim como um interesse por sua área de opção, a Educação Musical. Esse interesse deve antes de tudo ser pautado por uma visão crítica e pelo espírito inovador que é inerente a todo processo artístico. Deve também, e principalmente, estar envolvido em atividades práticas em uma ou mais áreas da música seja como instrumentista, compositor, cantor ou regente. Devido ao fato de que, hoje em dia há relativamente pouca oferta de preparação musical nas escolas de ensino médio, sejam elas públicas ou privadas, é necessária a avaliação desses pré-requisitos através de uma prova de habilidades específicas. Estes pré-requisitos são absolutamente necessários para que o graduando se habilite a construir um percurso de aperfeiçoamento de seus estudos visando uma atuação consistente e responsável nas várias áreas musicais (ensino, interpretação e composição). O graduando deve, além disso, desenvolver uma consciência crítica da realidade em que vai atuar e da necessidade de se tornar agente transformador desta realidade, compreendendo sua responsabilidade enquanto agente cultural nas áreas do ensino e da música.

1. Objetivos do Curso:

1.1. Quanto às funções que os egressos poderão exercer no mercado de trabalho:

- Propiciar a formação profissional inicial de professores de Música para o Ensino Básico (Fundamental – 5ª a 8ª séries – e médio)
- Propiciar uma formação profunda e ampla o suficiente, tanto no campo da música quanto no campo da pedagogia, para que este profissional possa ampliar as suas funções em áreas afins, como por exemplo a pesquisa em educação musical e nas interfaces entre esta e outras áreas, o

desenvolvimento de materiais didáticos para a área de música, a composição de peças didáticas e estudos musicais, o desenvolvimento de novas tecnologias no campo do ensino da música.

1.2. Quanto à capacidade de adaptação dos egressos à realidade do ensino e às evoluções do Ensino Musical e de suas tecnologias:

- Desenvolver nos licenciandos um sentido voltado para valores éticos, morais e profissionais, como o coleguismo, a solidariedade, a tolerância, o trabalho em equipe, o respeito pelos alunos, a participação ativa e transformadora nos conselhos e organismos de classe.
- Desenvolver nos licenciandos valores profissionais e acadêmicos como a constante busca do saber, o aprimoramento técnico e organizacional, a atualização artística e tecnológica.

2. Competências e Habilidades:

Quanto ao conjunto de competências e saberes específicos esperados dos egressos e necessários à formação do professor de música, o curso visa capacitá-los ao seguinte:

- Atuar tendo como base uma visão abrangente do papel epistemológico da música enquanto área do conhecimento humano e do papel social do educador.
- Atuar em realidades educacionais adversas à música entendida como área do conhecimento humano e saber reafirmar seu valor enquanto tal.
- Relacionar os desenvolvimentos históricos, sociológicos e filosóficos atuais da Música com a sua prática de ensino e com os princípios pedagógicos que pretende assumir.
- Compreender a importância da criação musical no processo de ensino-aprendizagem, e desenvolver propostas e ações pedagógicas condizentes.

- Conhecer profundamente os conteúdos, conceitos, técnicas, tecnologias e idéias do campo musical que irá desenvolver no âmbito escolar com seus alunos, e saber realizar a transposição didática destes conhecimentos.
- Conhecer a fundo as principais tendências pedagógicas “históricas” no campo da música, seus princípios, conteúdos, procedimentos, o contexto em que foram produzidos e sua desenvolver uma visão crítica sobre sua aplicabilidade em diferentes realidades.
- Buscar sempre a crítica, a atualização tecnológica e a ampliação da visão metodológica.
- Analisar criticamente os métodos e materiais didáticos da área da Música e construir novas propostas a partir dessa crítica, observando sua adequação à realidade e às características do aluno, assim como aos conteúdos e seus fundamentos teóricos.
- Desenvolver metodologias e tecnologias que condigam com o contexto sócio-cultural do aluno, mas que, ao mesmo tempo, busquem a ampliação de seus horizontes, articulando necessidades e possibilidades.
- Interpretar os dados da realidade do ensino em que estiver atuando, e saber elaborar modelos que propiciem uma melhoria desta realidade.
- Analisar aspectos psicológicos e sociológicos dos grupos com que estiver trabalhando, a fim de que possa formular situações adequadas de ensino e aprendizagem e identificar momentos de intervenção.
- Compreender a linguagem e o modo de ser das crianças e dos adolescentes, buscando estabelecer através dessa compreensão uma comunicação instigante e construtiva com os alunos no âmbito do ensino de música.
- Desenvolver projetos inter e transdisciplinares em conjunto com outros professores a partir do estabelecimento de relações entre os elementos e procedimentos da Música e de outros campos do conhecimento.

- Refletir criticamente sobre sua atuação como educador musical, para que seja capaz de buscar e compreender novos meios e idéias no campo da música e da educação.
- Avaliar constantemente os progressos e dificuldades dos alunos assim como os de sua própria prática, visando estabelecer uma sistemática de avaliação formativa e formação continuada.
- Não interromper o desenvolvimento de sua musicalidade e de sua prática artística, entendendo-as como fontes de conhecimento para sua atuação como professor no campo das artes.
- Não interromper o desenvolvimento de sua formação acadêmica de pesquisador, entendendo-a como uma ferramenta importante na construção de um professor consciente e transformador.

3. Organização do Curso

O curso de Licenciatura em Educação Musical do DM inicia-se a partir da opção do discente pelo curso, e pretende desenvolver nas disciplinas constantes de sua estrutura uma metodologia voltada a uma formação profunda – como se pôde ver nos objetivos acima descritos – tanto no campo das bases teóricas e históricas, quanto da prática didática e educacional.

Essa metodologia se apóia também na organização curricular proposta pela CIL – Comissão Interunidades de Licenciatura, em seu Programa de Formação de Professores, dividindo as disciplinas em seis Núcleos Temáticos, não necessariamente em seqüência linear, a saber:

I. Formação Específica em Música;

II. Introdução aos Estudos de Educação

III. Formação Acadêmico-científico-cultural;

IV. Fundamentos Teóricos e Práticos da Educação Musical;

V. Metodologia e Prática do Ensino de Música;

VI. Trabalhos de Criação e de Conclusão de Curso.

4. Desenvolvimento do Conteúdo

Dentro destes cinco núcleos, as disciplinas mais teóricas (sem mencionar aquelas específicas em Educação, ministradas na nossa unidade FFCLRP) procurarão desenvolver uma metodologia que alia aulas expositivas, a práticas dinâmicas ativas e participativas no sentido de, não só cativar o interesse do aluno pelos conteúdos pertinentes mas também em possibilitar uma relação viva com a aprendizagem.

Neste sentido, as oficinas de extensão cultural oferecidas no Campus de Ribeirão Preto, com sua infra-estrutura de salas e equipamentos, permite que as abordagens possam ser exemplificadas ou mesmo colocadas em prática pelos alunos ou pelos professores.

Dentro do espectro das dinâmicas participativas, incluímos também, além dos estágios supervisionados obrigatórios, a realização de seminários, pesquisas de campo, visitas a escolas, simulações em laboratório, realização de colóquios e seminários de pesquisa e o incentivo a pesquisas de Iniciação Científica na área da educação musical.

Incluem-se nessa perspectiva as oficinas em escolas públicas que vem sendo realizadas por alunos do DM notadamente com bosas de iniciação científica e de cultura e extensão e os projetos que estão em fase de implantação no ano de 2012 na Escola estadual Professor Walter Ferreira e na EMEF “Dr. Faustino Jarruche”.

4.1. Estágios Supervisionados

Os Estágios Supervisionados obrigatórios, deverão se pautar pelas determinações da CIL e seu Programa de Formação de Professores da USP e pelas definições expressas no artigo 3º da resolução USP4850, de 10-08-2001, ou seja: “Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.”

Neste sentido, entendemos que os estágios, que supõem uma bagagem teórica anterior, deverão partir de projetos devidamente orientados e aprovados pelo professor responsável no sentido de garantir uma continuidade, uma coerência entre o que foi construído no arcabouço teórico e a prática (ou pesquisa) que se pretende desenvolver nas escolas conveniadas. Do mesmo modo, o estágio, após iniciado, deverá ser acompanhado pelo professor (com ajuda da figura do “educador” a ser implantada conforme a necessidade no sentido de se garantirem seus objetivos assim como sua constante avaliação e, quando necessário, seu redirecionamento.

Uma porcentagem deste estágio, deverá ser realizada no próprio Campus de RP através das Oficinas já oferecidas. Uma outra porcentagem deverá ser realizada nas escolas conveniadas, de preferência da rede pública de ensino, para que o aluno entre em contato com a realidade do ensino brasileiro e busque, desde já, formas de atuação nesta realidade.

Os estágios deverão contemplar a atuação, seja ela de proposição ativa, seja de pesquisa e reflexão. Serão incentivados os projetos interdepartamentais e interdisciplinares, visando não só a integração entre os alunos dos diferentes departamentos e suas áreas de conhecimento, mas também o aprendizado social que o trabalho em equipe proporciona, e que consideramos fundamental para que alcance que pretendemos com nossos objetivos.

5.2 Sobre Outras Atividades Acadêmicas Obrigatórias

Ao fixar as exigências legais para os cursos de formação de professores, o Conselho Nacional de Educação, na resolução CNE/CP 2/2002, estabelece que os cursos de licenciatura, de graduação plena, devem garantir em seus projetos pedagógicos quatro “componentes comuns”: 1. “prática como componente curricular”, com duração mínima de 400 horas; 2. “estágio curricular supervisionado”, com duração mínima de 400 horas; 3. “atividades acadêmico-científico-culturais”, com duração mínima de 200 horas, totalizando pelo menos 2.800 (duas mil e oitocentas horas) ao longo de, no mínimo três anos. Já a resolução CNE/CP 1/2002, em seu artigo 7º, inciso I, destaca que “a formação deverá se realizar em processo autônomo, em curso de licenciatura plena, numa estrutura com identidade própria” (grifos nossos), indicando a necessidade de uma interpretação própria da aplicação desses componentes para cada

programa de formação de professores, de modo a respeitar a autonomia das instituições universitárias, seus objetivos e cultura de suas práticas.

Em relação às 400 horas de prática como componente curricular o parecer CNP/CP - 9/2001 ressalta que “uma concepção de prática mais como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento, que tanto está presente nos cursos de formação no momento em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio nos momentos em que se exercita a atividade profissional”.

A carga de 400 horas desse componente comum não deverá implicar aumento da carga horária prevista na estrutura sugerida. Isso porque as 400 horas de “prática como componente curricular” sob responsabilidade dos Departamentos podem ser alocadas entre as disciplinas e atividades regulares cujos conteúdos e atividades sejam considerados relevantes para a formação docente de seus licenciandos. Reiteramos, portanto, que os componentes comuns exigidos já são contemplados pelas disciplinas e atividades vigentes e previstas, cabendo às COCs a avaliação dos currículos a explicitação da presença dos componentes e, eventualmente, a elaboração de sugestões de adequação e aperfeiçoamento em cada estrutura curricular específica.

As “atividades acadêmico-científico-culturais”, último dos componentes comuns, deve ter a duração mínima de 200 horas e contemplar “a ampliação do universo cultural, o trabalho integrado entre diferentes profissionais de áreas e disciplinas, a produção coletiva de projetos de estudos, elaboração de pesquisas, as oficinas, os seminários, monitorias, tutorias, eventos, atividades de extensão (...)”. Enfim, trata-se de um conjunto aberto de atividades formativas em sentido amplo. Ora, na maior parte dos casos, os alunos da Universidade de São Paulo têm por hábito a participação nesses tipos de eventos. Cabendo, contudo, às COCs sua regulamentação e registro, o Departamento de Música optou pela criação de uma disciplina (com o mesmo nome) em 5 semestres, que abrigará estas atividades.

5.3 Formas de Avaliação

Os processos de avaliação do curso, além daquelas feitas ao longo de cada disciplina junto ao professor, também abrangem aquele implantado na USP pela Pró-

Reitoria de Graduação, no qual os licenciandos têm a oportunidade de documentar o desempenho global de cada uma delas (seu desempenho, o desempenho do professor e a adequação dos recursos). Estes resultados são divulgados junto aos Chefes de Departamento e aos Coordenadores dos Cursos do DM-FFCLRP, o que possibilita um acompanhamento dos eventuais problemas e dos resultados de cada disciplina a cada semestre.

Além disso, já dispomos de um instrumento de avaliação dos alunos de Licenciatura em vias de se formar, o TCC, Trabalho de Conclusão de Curso. Este instrumento tem se mostrado muito importante, não só como um termômetro do desenvolvimento dos alunos e do próprio curso, mas também como um agente transformador, na medida em que coloca o aluno no papel do pesquisador, levando-o a refletir sobre sua prática e suas bases teóricas e a sistematizá-los. Acreditamos que este seja um dos principais papéis de uma avaliação. É com este propósito que procuraremos dar uma atenção maior aos alunos em vias de cursar o TCC, no sentido de lhes dar um apoio maior, sobretudo no que tange à metodologia de pesquisa e à produção de textos científicos.

5.4 Apoio acadêmico aos licenciandos

A orientação acadêmica dos licenciandos deverá ser feita pela Coordenação do Curso e pela Comissão de Graduação (CoG) da ECA, que é o colegiado responsável pelos cursos de graduação do CMU.

5.5 Ingresso

O ingresso dos alunos no curso Música se dá por meio do Vestibular Fuvest, tendo a Prova Específica de Música como etapa eliminatória. A opção pela Licenciatura em Educação Artística com Habilitação em Música é feita posteriormente, ao término do primeiro ano de curso .

Acreditamos que os futuros professores de música devem estar tão ou mais capacitados que os futuros instrumentistas e cantores formados pelo DM. O fato, é que se isso não for feito, estaremos aceitando aquela velha máxima que diz: “Quem sabe faz, quem não sabe ensina”, postura que consideramos preconceituosa e inaceitável.

III.2. Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Música com Habilitação em Instrumento, e Canto e Arte Lírica da FFCLRP – USP

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

Curso: Música

Habilitações: Bacharelado em Instrumento, Canto e Arte Lírica.

O Curso de Bacharelado em Música consiste nas áreas de Instrumento e Canto e Arte Lírica. Cada uma dessas áreas atende a requisitos essenciais na formação específica desses profissionais, cuja atuação está voltada para a prática musical nos campos da tradição clássica europeia, da música popular, da música religiosa, da música para produções teatrais ou cinematográficas ou ainda da música para publicidade e outras mídias.

1. Perfil do graduando

O graduando do Bacharelado em Música deve completar uma formação superior sólida e ampla nos conceitos, princípios, teorias e história da música. Deve também estar capacitado para atividades práticas em uma ou mais áreas da música seja como instrumentista, compositor, cantor, produtor ou dirigente. Para que uma formação em nível superior seja possível é necessário que o ingressante no curso comprove um nível adequado de formação prévia em música, equivalente a uma alfabetização musical completa e domínio suficiente na prática do instrumento ou canto. Devido ao fato de que há relativamente pouca oferta de preparação musical nas escolas de ensino médio, sejam elas públicas ou privadas,² é necessária uma avaliação destes pré-requisitos no exame vestibular através de uma prova de habilidades específicas. Um nível mínimo de capacitação nesses pré-requisitos é absolutamente necessário para que o graduando esteja habilitado a construir durante o curso um percurso de aperfeiçoamento de seus

² O Estado de São Paulo oferece atualmente um número relativamente pequeno de vagas para aprendizagem musical em instituições públicas como a EMESP – Escola de Música do Estado de São Paulo “Tom Jobim” e o Conservatório de Música de Tatuí. A prefeitura do município de São Paulo oferece algumas vagas na Escola Municipal de Música, em alguns Centros Educacionais Unificados (CEUs) e também pelo Projeto Guri, que, todavia, é voltado à iniciação musical e não à preparação técnica do músico profissional. Algumas poucas instituições privadas têm esse tipo de formação em sua grade curricular, o que faz com que essa tarefa seja muitas vezes atribuída aos Conservatórios privados com cursos técnicos reconhecidos pelo MEC.

estudos visando uma atuação consistente e responsável nas várias áreas musicais (ensino, interpretação e composição). O graduando deve, além disso, desenvolver uma consciência crítica da realidade sócio-econômica em que vai atuar e da necessidade de se tornar agente transformador desta realidade, compreendendo sua responsabilidade enquanto agente cultural nas áreas de composição, ensino e interpretação.

2. Objetivos do curso

- a) Formar instrumentistas, cantores e compositores, em suas habilidades específicas, aptos a atuar no mercado nacional e internacional, de acordo com as áreas delimitadas por suas especializações.
- b) Aprofundar o embasamento teórico necessário a uma prática musical em nível superior desenvolvendo seus conhecimentos nas áreas de teoria musical (harmonia, contraponto, estruturação, orquestração, etc.) e estudos musicológicos (história da música, etnomusicologia, música brasileira, etc.).
- c) Promover nos graduandos uma reflexão sobre a prática musical em nossos dias, tornando-os capazes de intervir criticamente em projetos sócio-culturais.
- d) Desenvolver a pesquisa como produtora de conhecimento nas diversas áreas acima mencionadas da ciência musical, formando assim o pilar fundamental que sustenta a Música como disciplina universitária.

3. Competências e habilidades

Voltado para a formação de músicos atuantes nos setores da prática dessa arte, o curso se divide em especialidades consagradas pela tradição musical do Ocidente. Assim de acordo com essas competências específicas temos:

- a) Instrumentistas: os instrumentistas podem ser solistas ou integrantes de conjuntos (de câmara ou orquestrais, no caso dos praticantes da vertente “erudita” ou em conjuntos de música popular em suas variadas formações). Todavia o curso não se propõe apenas a formar técnicos de excelência, mas também profissionais com postura crítica na escolha de seus repertórios (na proposição de programas musicais de acordo com conceitos estéticos ou educacionais). Importante realçar que a formação do instrumentista, em nível

superior, requer profundo domínio dos estilos musicais e conhecimento das correntes interpretativas mais significativas.

- b) Cantores: os cantores podem ser solistas ou integrantes de grupos vocais tais como coros, madrigais e demais variantes do gênero. O conhecimento de vários idiomas e de aspectos fisiológicos da voz são componentes adicionais à boa formação desses profissionais, que no restante atuam de modo semelhante aos instrumentistas. Além disso, uma eventual especialização em Canto Lírico pressupõe noções de atuação dramática e expressão corporal.

Naturalmente, tal inserção no mercado musical exigirá do futuro profissional um grande comprometimento com os aspectos elevados da natureza de seu ofício e com a contribuição sociocultural que este possa dar.

4. Organização do curso

Bacharelado em instrumento e canto e arte lírica

A profissão tem como objeto principal a interpretação crítica do cânone musical. Assim devem ser oferecidos cursos de todos os instrumentos da orquestra sinfônica, e ainda violão e piano. O campo de ação do instrumentista enquadra-se dentro das mais variadas manifestações onde a música esteja presente (concertos, shows, gravações, cinema, rádio, TV, etc.) onde ele possa atuar como solista ou integrando grupos de formações diversas. A atividade de instrumentista pode manter conexões com as áreas de educação e comunicação. É importante, no entanto, diferenciar a formação meramente técnica de um instrumentista que poderia se aperfeiçoar com a ajuda de um professor particular ou mesmo em um conservatório, da formação oferecida num curso de nível universitário, voltada para uma visão mais abrangente, reflexiva e aprofundada como decorrência da ênfase em pesquisa musical desenvolvida na academia.

5. Desenvolvimento dos conteúdos

O curso de Música se inicia com a apresentação de conceitos básicos comuns a todas as áreas, o chamado Ciclo Básico, onde os alunos de Bacharelado (nas áreas de Instrumento, Canto e Arte Lírica e Composição) e, eventualmente, Licenciatura cursam várias disciplinas comuns e fundamentais que visam:

- Prover os alunos de conhecimentos básicos de disciplinas teóricas;
- Desenvolver as habilidades cognitivas de sua capacidade auditiva, aperfeiçoando as implicações perceptivas da escuta musical;
- Aprender um instrumento complementar que proporcione uma dimensão adicional à prática musical, seja ela harmônica (para especialistas em instrumentos de sopro, cordas e percussão ou cantores) ou melódica (para violonistas e pianistas).

Os conteúdos de Instrumento distribuem-se em trabalhos práticos e teóricos que visam:

- Desenvolver a habilidade e coordenação motora do aluno de acordo com a técnica instrumental específica de sua área (sopros, cordas, percussão);
- Conhecer o repertório solista, camerístico e sinfônico pertinente a seu instrumento;
- Organizar sua prática individual e coletiva por meio da racionalização das horas de estudo e ensaios;
- Desenvolver aspectos estéticos, estilísticos e críticos da interpretação musical.

Os conteúdos de Canto e Arte Lírica distribuem-se em trabalhos práticos e teóricos que visam:

- Desenvolver a afinação, entoação e dicção necessárias para a correta emissão vocal;
- Conhecer o repertório da música vocal adequado a seu registro de voz;
- Organizar sua prática individual e coletiva por meio da racionalização das horas de estudo e ensaios;
- Conhecer elementos da fisiologia da voz de modo a preservar seu aparelho fonador de desgastes desnecessários e usos danosos ou deficientes que prejudiquem sua emissão vocal e longevidade profissional;

- Dominar a pronúncia correta dos idiomas mais freqüentes no repertório vocal;
 - Desenvolver aspectos estéticos, estilísticos e críticos da interpretação musical.
-



Secretaria Geral

ANEXO 06

03

REGIMENTO DO CENTRO DE INFORMÁTICA DE RIBEIRÃO PRETO (CIRP) DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

DA NATUREZA E FINALIDADES

Artigo 1º - O Centro de Informática de Ribeirão Preto - CIRP, criado pela Resolução nº 4260, de 26 de abril de 1996, subordina-se à Coordenadoria de Tecnologia e Informação (CTI) nos termos da Resolução nº 5145, de 21 de outubro de 2004. (D.O.E. - 27.10.04).

Artigo 2º - O Centro de Informática de Ribeirão Preto - CIRP, destina-se a administrar e gerenciar recursos de tecnologia da informação de uso comum no *Campus*, e sua principal atribuição é prestar serviços relativos à infra-estrutura da Tecnologia de Informação às Unidades, órgãos e a Coordenadoria do *Campus* e, na medida do possível, a outras Unidades e órgãos da Universidade não atendidos por outro Centro de Informática, por solicitação da CTI.

Parágrafo único – O parque computacional do *Campus* será constituído por:

- I - equipamentos do próprio CIRP que incluem sistemas de computação, telecomunicações, de rede e de comunicação de dados;
- II - equipamentos computacionais alocados nas Unidades do *Campus*;
- III - equipamentos computacionais de uso administrativo.

Artigo 3º - O CIRP tem por finalidades:

- I - prestar serviços de informática e telecomunicações de interesse das Unidades do *Campus* e da Coordenadoria do *Campus* de Ribeirão Preto;
- II - prestar serviços de informática e telecomunicações, quando solicitado e na medida do possível, a outras Unidades da USP, externas ao *Campus*;



Secretaria Geral

- III - prestar assistência técnica e suporte a docentes, alunos e funcionários relativamente à execução de seus trabalhos;
- IV - colaborar, no que for pertinente, com os Departamentos das Unidades do *Campus*, no oferecimento de disciplinas em vários níveis;
- V - gerenciar serviços de rede de computadores e telecomunicações, bem como sua conexão a outras redes externas ao parque computacional do *Campus*;
- VI - prover acesso e uso de seus equipamentos a todos os docentes, pesquisadores, alunos, funcionários e demais usuários do *Campus*;
- VII - operar equipamentos de informática de uso comum no *Campus*;
- VIII - gerenciar o núcleo técnico para manutenção de equipamentos computacionais do *Campus*;
- IX - promover o intercâmbio com outros Centros ou Institutos afins, do país e do exterior;
- X - promover a difusão do uso e do conhecimento da informática.

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Artigo 4º - São órgãos de administração do CIRP:

- I - Conselho Deliberativo;
- II - Diretoria.

Parágrafo único - Órgãos de execução definidos em seu organograma.

Artigo 5º - Conselho Deliberativo (CD) do CIRP será constituído de:

- I - Diretor, que será seu Presidente;
- II - Vice-Diretor;
- III - um docente de cada Unidade de Ensino e Pesquisa do *Campus* de Ribeirão Preto;
- IV - um representante da CCRP, indicado pelo Coordenador do *Campus* e referendado pelo Conselho do *Campus*, juntamente com seu suplente;



Secretaria Geral

04

V – um representante não-docente do CIRP, eleito por seus pares, juntamente com seu suplente;

VI - representação discente, sendo um da graduação e um da pós-graduação, eleitos juntamente com seus suplentes na forma do Regimento Geral da USP;

§ 1º - Será de dois anos o mandato dos membros a que se referem os incisos III, IV e V, admitindo-se reconduções.

§ 2º - Cada integrante do CD a que se refere o inciso III será indicado pela respectiva Congregação, juntamente com o seu suplente, o qual substituirá o titular em suas faltas e impedimentos, sucedendo-o na vacância, até o término de seu mandato.

§ 3º - O mandato da representação discente a que se refere o inciso VI será de um ano permitida uma recondução.

Artigo 6º - Diretor e Vice-Diretor do CIRP, docentes pertencentes à USP em regime RDIDP, serão designados pelo Reitor.

§ 1º - O Vice-Diretor substituirá o Diretor em suas faltas e impedimentos.

§ 2º - O Diretor e o Vice-Diretor não poderão acumular representações no Conselho Deliberativo.

Artigo 7º - O CD reunir-se-á obrigatoriamente em cada semestre civil e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou por um terço de seus membros.

Artigo 8º - Ao Conselho Deliberativo compete:

I - elaborar e propor modificações no Regimento Interno submetendo-as à aprovação dos órgãos superiores da USP, bem como zelar pela sua execução;

II - deliberar sobre os planos anuais de trabalho e de programas que fixem as linhas gerais de ação do CIRP, propostos pelo Diretor, e eventuais modificações por ele apresentadas;



Secretaria Geral

III - deliberar sobre contratação, afastamento e dispensa de servidores, propostos pelo Diretor do CIRP;

IV - opinar sobre a progressão na carreira dos servidores do CIRP;

V - deliberar sobre convênios e contratos com Órgãos da Administração Pública e entidades particulares;

VI - criar e extinguir órgãos de execução definidos no organograma do CIRP;

VII - aprovar normas e instruções propostas pelo Diretor, relativas aos órgãos de execução;

VIII - decidir sobre os casos omissos no Regimento.

Parágrafo único - As deliberações do CD poderão dar origem a Resoluções ou Atos a serem baixados por seu Presidente.

Artigo 9º - O CD deliberará sempre com a presença de no mínimo metade mais um de seus membros.

Artigo 10 - As deliberações do CD constarão de atas lavradas em livro próprio.

Artigo 11 - Compete ao Diretor:

I - executar e fazer executar as disposições deste Regimento Interno, que lhe são afetas;

II - planejar, dirigir, coordenar e controlar a execução dos trabalhos a que se refere o art. 2º deste Regimento;

III - fazer executar os convênios e contratos ajustados para desempenho das funções do CIRP e seus respectivos orçamentos, contraindo as obrigações necessárias;

IV - superintender os serviços administrativos e técnicos do CIRP;

V - submeter ao CD os assuntos que devam ser apreciados por este órgão;

VI - determinar a elaboração de planos anuais de trabalho e de programas que fixem as linhas gerais de ação do CIRP propondo-os ao CD;



Secretaria Geral

- VII - aprovar as aquisições de bens e os contratos de serviços cujos valores não ultrapassem 100 (cem) salários mínimos;
- VIII - encaminhar ao CD as contas anuais do CIRP;
- IX - propor ao CD a construção, ampliação ou melhoria das instalações de equipamentos do CIRP;
- X - propor ao CD a admissão e demissão de funcionários do CIRP;
- XI - zelar por todas as atividades que resultem compromissos do CIRP;
- XII - assinar contratos, convênios e demais compromissos, respeitadas as disposições do art. 2º deste Regimento;
- XIII - propor ao CD normas e instruções relativas aos órgãos de Assessoramento e Execução;
- XIV - propor ao CD a aquisição, contratação, devolução ou ampliação dos recursos de informática e infra-estrutura do CIRP;
- XV - propor ao CD reformas deste Regimento interno;
- XVI - propor ao CD número e categoria profissional, dos ocupantes dos cargos e funções necessárias e suficientes ao funcionamento do CIRP;
- XVII - designar os membros da comissão de assessoramento técnico;
- XVIII - manter o relacionamento necessário para o bom funcionamento do CIRP com pessoas e entidades internas e externas.

Artigo 12 - O Diretor do CIRP colocará à disposição do CD todos os documentos necessários ao estudo de sua gestão financeira e administrativa; quando solicitado, no prazo de 10 dias a contar do dia do pedido, devidamente assinado por, pelo menos, um dos membros.

Artigo 13 - O CIRP terá orçamento próprio e será mantido:

- I - pelas dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas pela Universidade de São Paulo;
- II - pela renda própria proveniente de convênios, contratos e trabalhos que



Secretaria Geral

executar;

III - por doação, subvenção e legados de instituições, empresas ou particulares.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 14 - Às reuniões do CD poderão ser convidados, a juízo do Presidente, o Coordenador do *Campus* de Ribeirão Preto, o Coordenador do Departamento de Música da ECA – Ribeirão Preto e/ou outras pessoas ou autoridades para prestarem esclarecimentos sobre assuntos especiais.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 1º - A condição "docentes pertencentes à USP", a que se refere o artigo 6º, será restrita a docentes da USP do *Campus* de Ribeirão Preto, por um período de 10 anos a partir da vigência deste Regimento.



Documento: Plano de Desenvolvimento Institucional da USP - PDI

ANEXO 07

Interessado: FFCLRP

Assunto: sugestões para o PDI USP

Informação Diretoria nº 035/2012

Respostas recebidas dos Departamentos:

DEPARTAMENTO	MANIFESTAÇÃO
Biologia	Aprovado pelo Conselho do Departamento de Biologia em sua 99ª. Reunião Extraordinária, realizada em 07/02/2012. <i>Sugestões de ações para alcançar as metas e o nível de excelência propostos no Plano Institucional</i> 1- Apoio, suporte e fornecimento de recursos para sanar problemas de infra-estrutura básica que estejam comprometendo o ensino e a pesquisa, inclusive com ampliação da área construída, visando abrigar os novos docentes contratados. Tais ações deverão ser incluídas no item 11 da Tabela IX - Síntese das principais metas USP 2012-2017, pág. 33. 2- A construção de novas salas de aulas e laboratórios de ensino bem como a aquisição de equipamentos, considerados fatores imprescindíveis para o cumprimento das Metas. 3- A contratação de novos docentes é um item fundamental e o PDI deverá também incluir a criação de claros para a carreira de Pesquisador e de Curador, inexistentes na estrutura da USP e que serão cruciais no cumprimento das ações indicadas nas Metas. 4- A contratação de pessoal de apoio a projetos de pesquisa com o objetivo de criar um mecanismo facilitador na administração de projetos e intercâmbios. 5- Apoio à criação de bibliotecas setoriais como incentivo ao ensino e à pesquisa, especialmente nos casos em que as Bibliotecas são centralizadas em uma única (exemplo: Biblioteca Central <i>Campus</i> da USP de Ribeirão Preto). O Departamento de Biologia anseia por ações e estratégias eficazes que permitam atingir as Metas propostas na versão preliminar do Plano Institucional e solicita o retorno da versão reformulada do PDI-USP 2012-2017 às Unidades e Departamentos para uma nova apreciação antes da versão definitiva. Deve-se ressaltar que o crescimento em termos numéricos pretendidos para os vários itens considerados no PDI, resumidos na página 33 (IX - Síntese das principais metas USP 2012-2017) somente poderá ser alcançado mediante ações específicas voltadas aos problemas de infra-estrutura existentes, muitos destes apontados nos relatórios expedidos pelas Comissões de Avaliação Institucional, sendo que não basta apenas o acompanhamento semestral. <u>JUSTIFICATIVAS</u> O Departamento de Biologia trabalhou por vários anos no processo de re-estruturação do curso de Ciências Biológicas com o intuito de oferecer aos alunos uma formação básica sólida e também de direcionar para diferentes sub-áreas de trabalho ou de especialização, quais sejam, biologia ambiental, biologia evolutiva e biologia tecnológica e molecular. Essa abertura a ser oferecida aos nossos alunos na forma de três modalidades (ênfases) de formação para o curso de Bacharelado, além da Licenciatura em Ciências Biológicas, faz parte do Plano de Desenvolvimento do DB-FFCLRP. As metas são: oferecer amplas oportunidades aos estudantes, diversificadas em temas importantes e atuais da área de Biológicas; aumentar o número de alunos, de 40 para 60 vagas em 2013 e de 60 para 90 vagas nos próximos anos; promover a internacionalização, oferecendo um maior leque de oportunidades de intercâmbio aos estudantes e docentes, dado o aumento de



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

"Campus" de Ribeirão Preto

	abordagens e linhas de pesquisa inovadoras, resultantes da reformulação do Curso, bem como o fortalecimento das linhas existentes e dos cursos de pós-graduação. O plano de reformulação do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas do DB-FFCLRP-USP foi aprovado em 2011, após um longo processo de análise pelos órgãos competentes da USP, com a previsão de ser implantado a partir do vestibular de 2013. Entretanto, para que isso se torne uma realidade e alcance o objetivo de buscar excelência na formação e apoio aos estudantes durante o curso, conforme também prevê o PDI-USP 2012-2017 (METAS-GRADUAÇÃO, <i>pág. 21</i>), <u>é fundamental a manutenção e a modernização da infra-estrutura para o ensino</u>. Conforme consta no Plano de reformulação do curso, as ações requeridas são as seguintes: Construção de um prédio para abrigar os novos docentes contratados e os laboratórios de ensino, aquisição de equipamentos básicos para o ensino, aquisição de livros e contratação de pessoal (conforme aprovado). Entre tais ações, <u>é de crucial importância a construção de um novo prédio com instalações adequadas</u> para alcançar a excelência pretendida em termos de ensino. Em termos de pesquisa e pós-graduação, são urgentes ações voltadas à <u>melhoria (principalmente no que tange à parte elétrica) de muitas das instalações existentes nos laboratórios dos docentes atuais</u>. Essas ações têm sido requisitadas há longo tempo e ainda não foram atendidas. Vale ressaltar que os problemas de infra-estrutura mencionados foram citados no relatório de avaliação do DB. A expectativa é que a avaliação de departamentos na USP seja capaz de estimular ações específicas (em termos de fornecimento de recursos) visando sanar os problemas existentes (inclusive, apontados pela Comissão avaliadora). Nesse aspecto, sugerimos um novo item para as METAS do PDI-USP 2012-2017: Apoio, suporte e fornecimento de recursos para sanar problemas de infra-estrutura básica que estejam comprometendo o ensino e a pesquisa ((item 11, <i>pág. 33</i>), conforme detectados na Avaliação sistemática (item 10, <i>pág. 33</i>). Conforme mencionou muito bem a Dr^a Maria José Lemaitre em sua palestra durante o VI Encontro de Avaliação Institucional da USP (ocorrido em novembro/2011), "A avaliação é um processo dinâmico, contínuo e sistemático. Baseia-se na coleta de informações significativas visando alcançar os objetivos e na definição de ações capazes de modificar condutas, promover alterações e ajustar insumos ou processos para o alcance dos objetivos".
Computação e Matemática	A chefia comunica que o Departamento de Computação e Matemática não tem nenhuma sugestão para o PDI USP.
Educação, Comunicação e Informação	OF.DEDIC/005-2012/13.02.2012 – aprovado pelo Conselho do Departamento em 08/2/2012 Inicialmente, o Conselho de Departamento louva a iniciativa de se fazer um planejamento de médio prazo com um esforço de discussão com a comunidade universitária. Com relação aos procedimentos adotados e conteúdo apresenta as seguintes considerações: I- Quanto ao procedimento: O ideal é que houvesse ocorrido um fórum que incluísse os diferentes segmentos que compõem a universidade (estudantes, docentes e funcionários) e representantes do Executivo, Legislativo, Judiciário e da sociedade civil, para levantar suas demandas em relação à Universidade. O período de deixado para o debate nos colegiados locais (dezembro e janeiro) também foi pouco propício. II- Quanto ao Diagnóstico: 1. Falta uma introdução indicando os principais desafios da educação superior no estado de SP e no país e de como a USP se situa nesse contexto. Citamos em particular o pequeno acesso à educação superior no país, inferior ao de vários países, inclusive mais pobres que o Brasil, e o elevado grau de privatização do setor, o que tende a tornar o acesso extremamente elitizado. 2. Faltam dados referentes a comparações (existem vários estudos de educação comparada) com outras universidades do país e do mundo; não basta uma citação do "The Economist". O que se entende por uma "Universidade Classe Mundial"? O que a diferencia das demais? Em que aspectos a USP se enquadra neste critério e em que indicadores isso não acontece? 3. O diagnóstico em relação à políticas de inclusão dos alunos com deficiência é claramente irreal. Basta dizer que a universidade possui



apenas dois docentes de LIBRAS para atender a todas as suas licenciaturas em seus diversos campi.

4. Faltam indicadores de:

- a. Evolução do gasto/aluno
- b. Evolução Estudantes/docente e Estudantes/funcionários;
- c. Evolução do gasto com pessoal aposentado/pessoal ativo;
- d. Concluintes/vagas (situação da USP é ainda muito ruim)
- e. Taxa de repetência e evasão;
- f. Tempo médio para conclusão do curso;
- g. Comparação entre unidades da USP (ver tabela e gráfico anexos)

III- Quanto à falta de articulação entre o diagnóstico e as metas:

Essa articulação é fundamental em qualquer plano. Em geral, o diagnóstico não aponta para os principais problemas da instituição, ou quando o faz (por exemplo: mais de 2 mil docentes podendo se aposentar em até 10 anos) essa informação não é analisada e incorporada na construção das metas para os próximos anos. Os dados, em geral, são apresentados sem qualquer análise. Assim, as metas aparecem sem qualquer justificativa, pois não se articulam com o diagnóstico previamente feito. Por exemplo, pretende-se aumentar as vagas em 10%. Quanto docentes e servidores devem ser contratados? De onde virão os recursos adicionais? Pretende-se que todos estudantes de graduação tenham acesso à língua inglesa. Qual a estratégia?

IV- Ausência de estratégias para a consecução das metas: Tão importante quanto fixar metas é definir as estratégias para o seu alcance. Elas estão ausentes no documento.

V- Com relação às metas:

-Bastante modestas para um período de cinco anos, em particular no que se refere à Extensão (basicamente novos cursos) e assistência estudantil. Contudo, para uma avaliação precisa é fundamental estimar seu impacto financeiro, o que não é feito.

-Item expansão de docentes e funcionários (tabela p.33, linha 10-b): Não é indicando o crescimento esperado. Esse dado é fundamental para se assegurar uma expansão com qualidade.

Sugestão de inclusão de metas:

-Redução da evasão na graduação com a valorização da atividade docente, melhoria dos instrumentos de avaliação didática, fortalecimento das Comissões de Curso, acompanhamento dos alunos evadidos e repetentes;

- Fortalecimento do programa de formação de professores para a educação básica (licenciaturas) (programa de bolsas de estudo, transporte para os estágios)

- Fomento à pesquisa com temáticas compromissadas com a redução das desigualdades econômicas e sociais do Estado de SP e do país;

-Maior aproximação com a escola pública da educação básica através de uma maior articulação com os estágios, políticas de extensão, rediscussão dos critérios de seleção da Fuvest;

- Na gestão:

-Democratizar a gestão da Universidade, cumprindo, ao menos o que determina a LDB na composição de seus colegiados;

-Criar um sistema equivalente ao SIAFI, do governo federal, para acompanhamento em tempo real da execução orçamentária; dar publicidade ampla das atas e decisões dos colegiados, com transmissão em tempo real via WEB de suas reuniões, como faz o STF e o Poder Legislativo, por exemplo;

- Ampliação do números de docentes em servidores, em especial nos cursos criados nos últimos 10 anos que foram os que mais



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

"Campus" de Ribeirão Preto

	sofreram com a ausência de critérios claramente definidos de expansão; - Criar critérios claros, unificados e automáticos de reposição de docentes (decorrente de aposentadorias, demissões e afastamentos temporários) ou de contratação de novos em função de expansão ou sobrecarga de trabalho (parâmetros entre unidades e departamentos). - Dotar todas as unidades que abrigam cursos de licenciatura de laboratórios didáticos que contemplem a preparação dos futuros docentes da educação básica para atuar com a inclusão de alunos com deficiências e saber atuar nas salas de recursos que são disponibilizadas pelo governo federal para as escolas do país. Anexo ao ofício recebido do DEDIC, recebemos a “Tabela 1 – indicadores selecionados das unidades de ensino da USP – 2008” , que segue ao final deste quadro.
Física	Aprovada pelo Conselho do Departamento de Física (DF) em sua 10ª reunião ordinária realizada em 03.02.2012 O Conselho do Departamento de Física(DF) analisou a proposta do plano desenvolvimento institucional da USP (PDI), em seus vários aspectos, considerando que as metas apresentadas parecem plausíveis. Em relação à expansão da graduação, todavia, o Conselho do Departamento entende que deve haver um equilíbrio na expansão de vagas em cursos com alta demanda e bons candidatos e cursos inovadores que somente a USP, pela sua dimensão acadêmica, poderia propor. Entende, também, que nenhuma expansão deve ser feita à custa de cargos de docentes aposentados e que estão sendo reclamados pelos departamentos. O DF, em particular, possui três docentes aposentados que não foram repostos sob a alegação de que não existem cargos, enquanto assiste à criação de cursos na própria Unidade e a destinação de “novos” cargos para esses cursos. Enfim, a opinião do Conselho do Departamento é que qualquer expansão não pode prejudicar cursos já existentes e que também necessitam de novos investimentos. Para se alcançar a qualidade internacional tão desejada é importante melhorar os cursos já existentes e que necessitam de apoio, antes de pensarmos em novas expansões.
Música	O Conselho Departamental da Música (FFCLRP-USP), reunido a 9 de fevereiro de 2012, deliberou que está ciente e de acordo, não tendo nada a acrescentar.
Psicologia	A chefia do Departamento de Psicologia comunica que não tem sugestões relativas ao PDI da USP.
Química	o Conselho do DQ, na 309ª. Reunião Extraordinária, realizada em 02/02/2012, analisou o Plano de Desenvolvimento Institucional da USP e deliberou por manifestar que as propostas e metas são coerentes, no entanto serão difíceis de serem atingidas se a Universidade não melhorar e muito, o seu sistema de gestão, em todos os setores, como ressaltado no último parágrafo do item 3, na página 26. Isabel Aparecida de Oliveira - Secretária do Deptº de Química -FFCLRP-USP

Encaminhe-se à ATAc, retornando a esta Diretoria.
Diretoria, 13/2/2012

Prof. Dr. Fernando Luis Medina Mantelatto
Vice-Diretor, em exercício



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

"Campus" de Ribeirão Preto

Tabela 1- Indicadores selecionados das unidades de ensino da USP - 2008

Unidade	Docentes			Funcionários	Alunos		Vagas	Concluintes	Execução Orçamentária				Gasto/Aluno R\$
	RDIDP	RTC	RTP		Graduação	PG			Ativos R\$	Inativos R\$	Outras desp R\$	Total R\$	
EACH	201	13	6	128	3788	0	1020	247	30.215.786,80	0	986.192,80	31.201.979,61	8.237,06
ECA	158	38	3	231	2337	1003	395	340	41.354.234,64	20.198.088,41	1.746.588,33	63.298.911,39	18.951,77
EE	81	2	2	131	454	332	80	67	22.258.551,45	8.992.668,55	615.220,56	31.866.440,56	40.542,55
EEFE	33	7	1	98	583	179	100	97	284.108,31	0	11.959,54	296.067,85	388,54
EEFERP									11.561.923,98	4.269.156,29	671.726,07	16.502.806,34	0,00
EEL					1300	231	240	81	0,00	0,00	594.640,82	594.640,82	388,40
EERP	94	1	3	115	491	404	130	85	23.116.540,54	6.839.785,18	1.122.184,36	31.078.510,08	34.724,59
EESC	218	9	9	333	2216	1559	450	331	61.118.688,95	18.967.564,62	5.246.926,79	85.333.180,35	22.604,82
EP	335	70	54	485	4634	3347	750	610	94.471.113,66	25.074.018,57	4.748.077,81	124.293.210,04	15.573,64
ESALQ	222	5	2	520	2049	1213	390	311	71.695.632,14	34.927.409,99	2.856.717,45	109.479.759,58	33.562,16
FAU	76	42	11	185	1228	815	190	90	27.175.248,30	10.825.904,82	1.406.234,17	39.407.387,29	19.288,98
FCF	81	7	1	185	937	472	150	64	25.222.467,76	10.963.714,80	1.717.859,80	37.904.042,36	26.901,38
FCFRP	92	2	6	182	454	321	80	30	26.700.414,09	5.123.212,67	1.394.878,52	33.218.505,28	42.862,59
FD	17	103	25	183	2444	964	460	425	21.170.266,37	10.649.891,22	1.237.128,90	33.057.286,50	9.699,91
FDRP	3	4	0	15	99	0	100	0	1.603.933,18	0,00	468.002,47	2.071.935,65	20.928,64
FE	98	6	7	188	857	830	180	105	29.066.426,75	17.546.918,76	1.311.228,29	47.924.573,80	28.408,16
FEA	121	39	22	127	3205	730	590	464	34.031.740,81	18.210.267,47	2.316.893,09	54.558.901,37	13.865,03
FEARP	77	5	5	57	1172	152	265	38	12.450.298,44	0,00	467.167,68	12.917.466,12	9.756,39
FFCLRP	171	0	3	190	1565	728	355	227	38.330.981,15	8.732.758,28	1.890.192,81	48.953.932,24	21.349,29
FFLCH	474	12	0	356	10921	4077	1669	916	92.949.832,42	59.411.327,74	2.609.795,01	154.970.955,17	10.332,77
FM	137	166	35	518	1418	2217	250	240	71.114.868,71	26.471.943,37	2.752.379,24	100.339.191,32	27.603,63
FMRP	310	12	5	501	1175	1577	220	208	89.375.774,41	26.891.526,98	4.848.849,26	121.116.150,65	44.010,23
FMVZ	95	1	3	297	442	561	80	93	34.676.070,48	12.845.536,75	2.492.641,95	50.014.249,18	49.864,66
FO	69	79	2	214	734	390	133	123	30.921.042,70	12.885.938,56	1.421.338,68	45.228.319,94	40.238,72
FOB	77	20	1	216	351	249	90	79	26.490.152,27	12.708.418,28	1.356.810,70	40.555.381,25	67.592,30
FORP	78	16	6	168	336	179	80	81	25.394.887,74	7.787.125,43	972.964,35	34.154.977,52	66.320,34
FSP	77	8	4	326	419	638	80	79	38.137.508,24	17.063.508,48	1.346.215,06	56.547.231,77	53.497,85

DIRETORIA - Fone: (016) 3633-2660 ou 3602-3670 3602-3644

Fax: (016) 3633-2660 (direto) ou 3633-5015

Avenida Bandeirantes, 3900 - Bloco 1 - 14040-901 - Ribeirão Preto - SP - Brasil

Homepage: <http://www.ffclrp.usp.br> e-mail: adm-diretoria@ffclrp.usp.br / ffclrp@usp.br Twitter: www.twitter.com/ffclrp

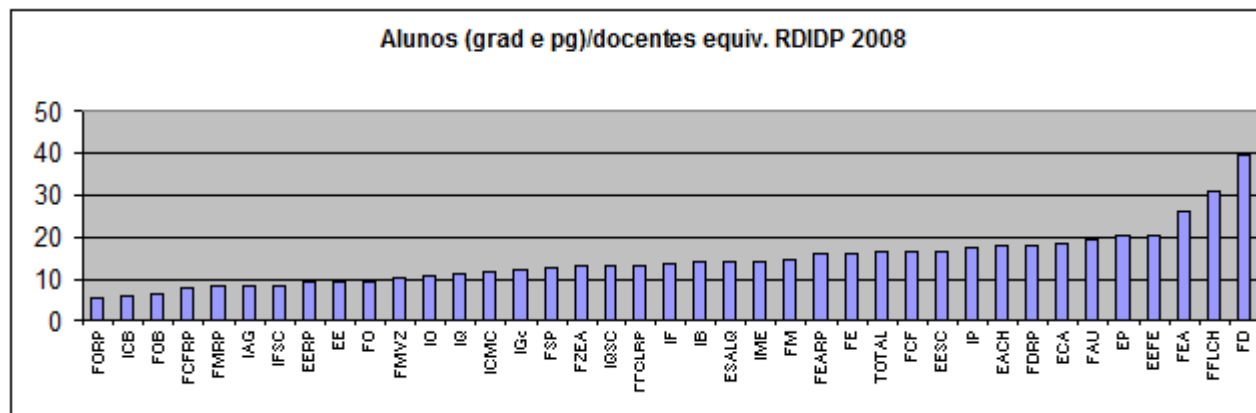


Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

"Campus" de Ribeirão Preto

Unidade	Docentes			Funcionários	Alunos		Vagas	Concluintes	Execução Orçamentária				Gasto/Aluno R\$
	RDIDP	RTC	RTP		Graduação	PG			Ativos R\$	Inativos R\$	Outras desp R\$	Total R\$	
FZEA	65	0	1	88	743	118	140	62	14.720.503,54	890.980,54	1.212.512,47	16.823.996,55	19.540,07
IAG	69	1	1	133	366	239	70	40	20.800.230,86	3.431.108,43	1.199.124,06	25.430.463,35	42.033,82
IB	99	0	2	193	804	607	120	150	27.688.756,78	13.323.896,33	1.733.254,82	42.745.907,93	30.294,76
ICB	135	4	8	304	26	811	0	5	44.315.655,18	24.223.064,44	3.168.055,49	71.706.775,11	85.671,18
ICMC	113	0	9	87	991	408	195	140	23.207.605,57	5.435.023,75	1.440.305,70	30.082.935,02	21.503,17
IF	139	2	4	302	1601	334	270	145	50.214.815,78	15.723.309,86	2.034.510,20	67.972.635,83	35.127,98
IFSC	69	3	3	156	369	253	120	21	24.785.505,99	4.413.841,84	1.463.973,57	30.663.321,40	49.297,94
IGc	56	2	1	140	510	203	90	64	19.912.581,01	6.840.412,27	1.193.776,41	27.946.769,69	39.196,03
IME	179	5	3	126	1927	722	330	131	39.195.610,33	10.752.343,21	1.519.800,92	51.467.754,45	19.429,13
IO	36	0	0	179	195	199	40	16	16.978.178,60	6.099.758,05	2.832.867,64	25.910.804,29	65.763,46
IP	59	20	6	149	509	766	70	79	21.851.355,19	8.307.707,16	1.010.442,14	31.169.504,49	24.446,67
IQ	108	0	0	247	713	523	120	73	35.155.582,53	10.603.602,55	1.750.335,34	47.509.520,42	38.438,12
IQSC	46	1	4	106	292	343	60	44	16.351.464,69	1.973.145,05	976.571,60	19.301.181,35	30.395,56
TOTAL	4568	705	258	8159	54655	28694	10152	6401	1.336.066.340,32	489.404.878,70	70.146.344,89	1.895.617.563,91	22.743,14

Fonte: Anuário da USP



DIRETORIA - Fone: (016) 3633-2660 ou 3602-3670 3602-3644

Fax: (016) 3633-2660 (direto) ou 3633-5015

Avenida Bandeirantes, 3900 - Bloco 1 - 14040-901 - Ribeirão Preto - SP - Brasil

Homepage: <http://www.ffclrp.usp.br> e-mail: adm-diretoria@ffclrp.usp.br / ffclrp@usp.br Twitter: [www.twitter.com/ffclrp](https://twitter.com/ffclrp)

Diretoria FFCLRP USP

De: "Diretoria FFCLRP USP" <adm-diretoria@ffclrp.usp.br>
Data: quarta-feira, 14 de dezembro de 2011 16:49
Para: "Chefia DB" <garofalo@ffclrp.usp.br>; "Chefia DCM" <evandro@usp.br>; "Chefia DEDIC" <jmrpinto@ffclrp.usp.br>; "Chefia DF" <baffa@usp.br>; "Chefia DM" <silviaberg@usp.br>; "Chefia DP" <cesar_galera@ffclrp.usp.br>; "Chefia DQ" <wfdgiova@usp.br>
Cc: "Secretaria Biologia" <db-secretaria@ffclrp.usp.br>; "Secretaria Física" <fisica@ffclrp.usp.br>; "Secretaria Música" <musica@ffclrp.usp.br>; "Secretaria Psicologia" <psicologia@ffclrp.usp.br>; "Secretaria Química" <dq-secretaria@ffclrp.usp.br>; "SecretEducação, Informação e Comunicação" <dedic@ffclrp.usp.br>; "Elza Tiemi Hojo" <etshojo@usp.br>; <lalohm@usp.br>; "Lucília" <luciliamsr@ffclrp.usp.br>; <mmulato@ffclrp.usp.br>; <rrrr@usp.br>; "Eucia Beatriz Petean" <ebpetaan@ffclrp.usp.br>; "Francisco Leone" <fdaleone@ffclrp.usp.br>
Assunto: Sugestões para PDI USP e reunião extraordinária da Congregação
Senhor (a) Chefe de Departamento,

a pedido do sr. Diretor disponibilizamos no link <http://www.ffclrp.usp.br/divulgacao/diretoria/PDI-USPversao23nov2011.pdf> a nova versão do "Plano de Desenvolvimento Institucional da USP – PDI", apresentado no VI Encontro de Avaliação Institucional, realizado em 24/11/2011, para que seja apreciado pelo Conselho do Departamento chefiado por V. Sa.

Solicitamos a sua gentileza em nos encaminhar até **09/fevereiro/2012 e por e-mail (adm-diretoria@ffclrp.usp.br)** , as sugestões para o PDI USP, devidamente **apreciadas e aprovadas pelo Conselho do Departamento** e que serão analisadas na reunião extraordinária da Congregação agendada para 16/2/2012.

Atenciosamente,

Denise Trujillo Morgon
Secretária da Diretoria
nºUSP 2487199 / SRTE 40209-SP

~~~~~  
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP-DIRETORIA FFCLRP  
Avenida dos Bandeirantes, 3900 - Bloco 1 - 14040-901 - Ribeirão Preto – SP  
Fones: (16) 3602-3644 / 3602-3670 / 3602-4681 - VOIP (16) 3602-0646 - Fone/fax: (16) 3633-2660  
E-mail: adm-diretoria@ffclrp.usp.br / ffclrp@usp.br  
Homepage: <http://www.ffclrp.usp.br> - Portal: <http://portal.ffclrp.usp.br>  
Twitter: [www.twitter.com/ffclrp](http://www.twitter.com/ffclrp)  
~~~~~

Plano de
Desenvolvimento
Institucional
2012-2017
Universidade de São
Paulo

Versão preliminar

PDI -2012-2017

Universidade Classe Mundial

Comissão Permanente de Avaliação –
outubro/2011

SUMÁRIO

I APRESENTAÇÃO	5	2 ASPECTOS FINANCEIROS/ORÇAMENTÁRIOS	24
II INTRODUÇÃO	6	3 GESTÃO	26
III HISTÓRIA	8	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	26
CAMPUS USP EM PIRACICABA	8	GESTÃO DE PESSOAL	27
CAMPUS USP EM RIBEIRÃO PRETO	8	4 POLÍTICAS DE APOIO AO ESTUDANTE: ACESSO, PERMANÊNCIA E FORMAÇÃO	28
CAMPUS USP EM SÃO CARLOS	9	5 INFRAESTRUTURA	29
CAMPUS EM PIRASSUNUNGA	9	VIII AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	31
CAMPUS USP EM BAURU	9	IX SÍNTESE DAS PRINCIPAIS METAS - PDI USP 2012- 2017 –	33
CAMPUS USP EM LORENA	10		
CAMPUS SÃO PAULO	10		
IV USP EM NÚMEROS	11		
1 SITUAÇÃO EM 2010	11		
GRADUAÇÃO	11		
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU	11		
PRODUÇÃO CIENTÍFICA	11		
POSIÇÃO EM AVALIAÇÕES EM NÍVEL MUNDIAL	12		
INTERNACIONALIZAÇÃO	12		
ATIVIDADES CULTURAIS E DE EXTENSÃO	12		
APOIO A ESTUDANTES	13		
2 SÉRIES HISTÓRICAS E OUTROS INDICADORES	13		
V MISSÃO E VISÃO DE FUTURO	17		
VI ATIVIDADES-FIM DA UNIVERSIDADE E SEUS DESAFIOS	18		
GRADUAÇÃO	20		
PÓS-GRADUAÇÃO	21		
PESQUISA	22		
CULTURA E EXTENSÃO	22		
VII APOIO ÀS ATIVIDADES-FIM	24		
1 INTERNACIONALIZAÇÃO	24		

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)¹ DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

2010/2017

I APRESENTAÇÃO

A presente versão do Plano de Desenvolvimento Institucional da USP (PDI) inscreve-se nos esforços atuais dessa comunidade universitária em olhar criticamente a sua história, diagnosticar o presente e seus desafios, projetando, numa perspectiva estratégica, o seu futuro próximo, em consonância com o movimento da sociedade brasileira e da civilização atual, de maneira a mobilizar as forças atuantes e responsáveis pela instituição em direção a novas superações e a dar publicidade às ações desenvolvidas. Neste texto foram utilizados diversos documentos já formulados a respeito da USP e de sua história, assim como incorporadas contribuições provenientes de especialistas nos temas tratados.

A discussão do presente documento pelos diferentes fóruns atualmente existentes na USP enriquecerá e legitimará uma versão final, a partir da qual os compromissos definidos possam orientar as ações de cada participante da comunidade.

¹ PDI é um Plano de Desenvolvimento abrangente, de cunho político-institucional, explicitando a maneira como a universidade busca responder às demandas e aos desafios da educação superior brasileira e especificamente aos referentes ao Estado de São Paulo, em articulação com as instâncias sociais e governamentais que discutem a questão, assim como com setores organizados da sociedade civil. Descreve: diagnóstico dos recursos e instalações existentes na instituição; objetivos de longa duração; projetos propostos. Deve ser periodicamente atualizado e revisto (emendado, refeito), conforme adição ou mudança mínima de um projeto ou de um princípio e de acordo com os resultados de avaliação sistemática das metas formuladas.

II INTRODUÇÃO

Desde sua criação, a USP tem respondido com reconhecida excelência às demandas que a sociedade paulista e nacional lhe têm apresentado. No caso da formação de profissionais qualificados, avançou sobre o legado das instituições isoladas, que já desempenhavam importante papel no desenvolvimento social e econômico do Estado no século XIX. Atuando em todas as áreas do conhecimento, estabeleceu as bases de pesquisa para o desenvolvimento científico no país, exercendo papel expressivo na formação da primeira geração de cientistas brasileiros, com o apoio de professores estrangeiros, especialmente europeus, no período iniciado com a sua criação. O seu reconhecimento como universidade de qualidade contribuiu, em momentos subsequentes, para a criação dos principais órgãos de fomento à pesquisa em nível superior no país como CNPq, CAPES, FINEP e FAPESP.

Nos rankings internacionais, a USP aparece como a melhor universidade da América Latina, e com as melhores condições de se tornar uma universidade classe mundial.

A revista *The Economist*, na edição de 8/10/2011, publicou a reportagem *The struggle to make the grade* sobre as universidades na América Latina, e escreve:

*Nowhere else in Latin America can match USP...
This week USP won another plaudit, becoming the only Latin American university to make it into the world's top 200 universities in another much-watched list, published by Times Higher Education, a British specialist weekly.*

É o reconhecimento de que o crescimento está sendo acompanhado de um esforço de assegurar a qualidade das nossas atividades fins.

Tal crescimento acusa 5.865 docentes, quase todos com doutorado e a maior parte em dedicação integral, com uma vocação significativa de pesquisa, responsável por mais de um quarto da produção científica nacional e 2% da mundial. Perto de 89.000 estudantes estão distribuídos em 240 cursos de graduação e 239 programas de pós-graduação em 48 unidades de ensino e pesquisa, distribuídos em sete campi. Com forte internacionalização, quase 2000 estudantes fazem intercâmbio em quase 700 convênios internacionais. Mais de dois milhões de pessoas foram atendidas ou participaram das atividades de extensão da universidade, consideradas desde aquela feita em museus até o atendimento médico hospitalar.

Para a efetivação de todas essas ações, os dirigentes e a comunidade acadêmica, ao longo do tempo, orientaram suas ações pelos fins definidos e inscritos no decreto de sua fundação de 25 de janeiro de 1934, quais sejam:

“Promover pela pesquisa o progresso da ciência; transmitir, pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito ou sejam úteis à vida; formar especialistas em todos os ramos da cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística; realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres.”

Tais fins orientaram igualmente processos de avaliação ocorridos ao longo do tempo em várias oportunidades. De fato, se temos tido reconhecimento dos avanços alcançados, também temos consciência dos nossos pontos fracos e que precisam ser superados. A velocidade da evolução do conhecimento e da transformação da sociedade não nos permite relaxar, e manter a excelência é um esforço contínuo e gigantesco.

A Constituição de 1988 e as leis que a seguiram propuseram um sistema de avaliação em nível nacional, assegurando, todavia, a vigência de medidas avaliativas em nível dos sistemas estaduais de ensino e a autonomia das universidades. Como instituição estadual, a USP cumpre o determinado na Deliberação de 13 de abril de 2000 do Conselho Estadual de Educação do CEE-SP, que dispõe sobre o processo de avaliação de Universidade e de Centro Universitário do Sistema Estadual de Ensino, com três ciclos de avaliação já concluídos. O último item deste documento especifica a história de avaliação das duas últimas décadas e o plano de avaliação definido. A formulação deste PDI insere-se nessa história, retomando ou revendo aspectos e decisões já estabelecidos, projetando o futuro da USP, de modo especial, os próximos cinco anos.

III HISTÓRIA

Criada em 25 de janeiro de 1934, a USP é resultado da reunião de instituições isoladas de formação profissional no Estado de São Paulo, algumas existentes desde o século XIX, de alguns Institutos e da criação, com o sentido de *célula mater*, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que ainda incorporou o Instituto Caetano de Campos, elevando para o nível superior a formação de professores para o ensino secundário.

As instituições isoladas e incorporadas à nascente Universidade de São Paulo, ao lado da nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foram as seguintes: Faculdade de Direito do Largo São Francisco, Escola Politécnica, Faculdade de Medicina, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, as faculdades de Farmácia, Odontologia e Medicina Veterinária.

Algumas faculdades e instituições isoladas situadas no interior do Estado constituíram-se na gênese dos sete campi hoje existentes, cujas histórias são apresentadas a seguir.

Campus USP em Piracicaba

Em 1892, Luiz Vicente de Souza Queiroz doou ao Governo de São Paulo a Fazenda São João da Montanha e, em 1900, foi criada a Escola Agrícola Prática de Piracicaba, cujas aulas tiveram início um ano depois. Em 1931, a Escola recebeu a denominação atual em homenagem ao seu idealizador; em 1934, integrou-se à USP, participando da sua fundação.

A ESALQ é referência nas áreas das Ciências Agrárias, Ambientais e Sociais Aplicadas, sendo pioneira na pós-graduação da USP, com criação do Mestrado, em 1964 e do Doutorado, em 1970. No ensino de graduação oferece seis cursos: Engenharia Agrônoma, Engenharia Florestal, Ciências Econômicas, Ciências dos Alimentos, Ciências Biológicas e Gestão Ambiental. O campus conta ainda com o CENA – Centro de Energia Nuclear na Agricultura.

Campus USP em Ribeirão Preto

Em São Paulo, em 1948, votou-se lei contemplando várias cidades paulistas com diferentes cursos superiores. À sociedade de Ribeirão Preto, que reclamava sediar uma Universidade do Interior, destinou-se uma Faculdade de Medicina. O encaminhamento da execução da lei mostrou-se inviável, passando pela emenda da subordinação da futura escola à USP. A Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (ERP/USP), foi criada em dezembro de 1951, anexa à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (FMRP/USP) e tomou-se uma unidade em 1964. Em 1924, foi fundada a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto, época da riqueza cafeeira, e em 1975 foi incorporada à Universidade de São Paulo, já localizada no “campus USP – Ribeirão Preto”. Em 1983, esta Faculdade foi desmembrada em duas Unidades distintas: a Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto – FCFRP e a Faculdade de Odontologia de Ribeirão

Preto – FORP. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) foi criada em 1959 com suas atividades acadêmicas iniciadas em março de 1964, sendo incorporada à Universidade de São Paulo em 1974. A Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto - FEARP foi criada em 1992 como uma extensão da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de São Paulo (FEA) e obteve sua autonomia em 2002. O Conselho Universitário da USP deliberou, em 2001, a criação e a instalação, no campus de Ribeirão Preto (extensão da ECA de São Paulo), do Curso de Música que, no final de 2010, tornou-se o Departamento de Música da FFCLRP. As duas últimas unidades instaladas no campus foram a Escola de Educação Física e a Faculdade de Direito, em 2007.

Campus USP em São Carlos

A implantação da USP em São Carlos teve início no ano de 1948, com a criação da Escola de Engenharia (EESC), mas suas atividades começaram em 1953, no prédio que hoje abriga o Centro de Divulgação Científica e Cultural (CDCC). Em 1956, a unidade foi transferida para o atual campus I. No novo espaço, as atividades da Escola de Engenharia foram se multiplicando e como resultado, o campus passou a contar com outras unidades de ensino. Isso aconteceu no começo da década de 70, quando quatro departamentos da EESC deram origem a mais duas unidades universitárias: o Instituto de Ciências Matemáticas de São Carlos (ICMC), que surgiu da união dos Departamentos de Matemática e de Ciências de Computação (1971), e o Instituto de Física e Química de São Carlos (IFQSC), formado, então, pelo Departamento de Física e Ciência dos Materiais e pelo Departamento de Física e Química Molecular. Mais tarde, em 1994, o IFQSC dividiu-se, resultando na criação do Instituto de Física de São Carlos (IFSC) e do Instituto de Química de São Carlos (IQSC). Em 1998, o ICMC mudou de nome e passou a ser chamado Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC). A unidade criada mais recentemente (dezembro de 2010) foi o Instituto de Arquitetura e Urbanismo.

Campus USP em Pirassununga

O campus de Pirassununga é o maior dos Campi da USP em extensão territorial, sendo na realidade uma fazenda com área total de 964 alqueires. A fazenda, que em 1945 iniciou suas atividades como Escola Prática de Agricultura Fernando Costa, integrou-se à Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia e, em outubro de 1989, tornou-se campus da USP. Atualmente estão instaladas no campus, a Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA), e Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ).

Campus USP em Bauru

Em 1955, o Governador do Estado criou a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Bauru (FFOB), no âmbito da Universidade de São Paulo, com início efetivo das aulas em 17 de maio de 1962, apenas com o curso de Odontologia, posto que a análise relativa à demanda e ao número de cursos de Farmácia já instalados no Estado não

aprovou sua instalação. A denominação da instituição foi modificada para Faculdade de Odontologia de Bauru, pelo Decreto 44.622, de 09 de março de 1965. Em 1983, o ensino da graduação da FOB foi ampliado, com a criação do curso de Fonoaudiologia, autorizado a funcionar em 1983, com início efetivo das aulas em 05 de março de 1990. Ambos os cursos apresentam interface com o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (Centrinho), que teve início em 1967 com a iniciativa de um grupo de professores da Faculdade de Odontologia de Bauru.

Campus USP em Lorena

A Escola de Engenharia de Lorena (EEL-USP) é a mais recente unidade da Universidade de São Paulo. Nasceu da transferência das atividades de ensino e de pesquisa da extinta Faculdade de Engenharia Química de Lorena (FAENQUIL) para a USP em 29 de maio de 2006. Oferece cursos de graduação em Engenharia Química, Engenharia Industrial Química, Engenharia Bioquímica e Engenharia de Materiais; e mestrado em Engenharia Química, mestrado e doutorado em Engenharia de Materiais, e em Biotecnologia Industrial. Possui também Ensino Médio e Técnico Profissionalizante em Química.

Campus São Paulo

O campus de São Paulo compreende Unidades situadas em diferentes locais da capital, e até mesmo fora dela. Em 1944 iniciou-se a instalação de grande parte das unidades na então chamada Fazenda Butantã; em 1969 essa região se constituiu na Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, que atualmente abriga a Reitoria, 23 unidades de ensino e pesquisa, cinco institutos especializados, dois museus - O Museu de Arte Contemporânea e o Museu de Arqueologia e Etnologia e o Hospital Universitário.

Fora da Cidade Universitária localizam-se cinco Faculdades: Direito, Enfermagem, Medicina, Saúde Pública e a recente Escola de Artes, Ciências e Humanidades, a chamada USP-Leste, criada em 2005. Além dessas faculdades, o campus São Paulo ainda conta com o prédio da Rua Maranhão (onde são ministrados os cursos de pós-graduação da FAU), o Museu Paulista (que também tem uma parte em Itu), o Museu de Zoologia, a Estação Ciência, o Centro Universitário Maria Antonia, o Teatro Universidade de São Paulo (TUSP), o parque CienTec, a Casa de Dona Yayá, o Centro de Biologia Marinha (Instituto Especializado, em São Sebastião), as Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos (em Santos) e a Casa de Xilogravura (em Campos de Jordão). Como entidades associadas, vinculam-se a este campus o Hospital das Clínicas de São Paulo, o Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, o Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) e o Instituto de Pesquisa Energéticas e Nucleares (Ipen).

IV USP EM NÚMEROS

I SITUAÇÃO EM 2010

Os compromissos firmados pela USP desde a sua fundação, e realizados ao longo de sua história, sintetizaram a seguinte situação em 2010:

- Campi -7
- Unidades de ensino e pesquisa 48, sendo seis institutos
- Professores - 5.865
- Funcionários - 16.187
- Alunos matriculados- 88.962
- - Graduação - 57.300 (1º semestre)
- - Pós-graduação - 26.568 (13.467 mestrados e 13.101 doutorados)
- Participantes em atividades de cultura e extensão - 28.168
- Graduação
- Vagas - 10.622
- Cursos - 240
- Egressos - 216 mil.

Pós-graduação stricto sensu

- Programas - 239, em todas as áreas de conhecimento, consistentemente avaliados entre os melhores do país e considerados de nível internacional
- Egressos - 100 mil, entre mestres e doutores
- Formados por ano- 5839, sendo 3.500 mestres e 2.339 doutores, colocando a universidade entre as instituições acadêmicas que mais formam doutores no mundo
- Programas com notas 6 e 7 na CAPES - 86.

Produção científica

- Em 2001 foram publicados 3.348 artigos (contabilizados no ISI-Web of Science, segundo *proceedings* de conferências internacionais). Em 2010 foram 8.417, o que corresponde a 2% da produção científica mundial (próximo a 25% da produção científica brasileira).

Posição em avaliações em nível mundial:

- THE (Times Higher Education) - 196º lugar em 2008; 232º em 2010 e 178º em 2011
- Shanghai Jiao Tong University - 121º lugar em 2008; 119º em 2010 e entre 101º e 150º lugar em 2011

Internacionalização

- Convênios internacionais em cinco continentes- 472 (2009) e 677 (2010)
- Alunos no exterior
 - Graduação - 1.228 em 2010
 - Pós-Graduação - não há informação para 2010.
- Alunos do exterior no país
 - Graduação - 739 em 2010
 - Pós-graduação - 1.000 em 2010.

Atividades culturais e de extensão (ano 2010)

- Cursos de Extensão (várias modalidades)
 - Cursos - 928 Participantes -28.168
- Atividades culturais diversas abertas ao público - 70.319
- Eventos - 80.000 pessoas (público)
- Exposições - 200.000 (público)
- Visitas orientadas -120.000
- Publicações produzidas pela USP - revistas, livros, manuais, boletins Informativos - 80.000 exemplares
- Visitantes aos museus da USP (MAC, MAE, MP, MZ)- 530.291
- Atividades do Hospital Reabilitação de Anomalias Craniofaciais
 - Atendimentos médicos e complementares - 270.000
- Prestação de serviços pelas faculdades de medicina - atenção primária - 100.000 Atenção terciária e quaternária (consultas) - 1.500.000.

Apoio a estudantes (ano 2010)

- Apoio moradia – vagas - 2.311
- Apoio alimentação - 5.755 beneficiados
- Atendimento em restaurantes - desjejum e refeições – 3.600.000 (anual)
- Atendimento pelas creches - 675.

2 SÉRIES HISTÓRICAS E OUTROS INDICADORES

Mais do que os dados pontuais, as séries históricas permitem análises de tendências, fortalecendo diagnósticos e projeções de futuro em momentos de planejamento, como é o caso do PDI.

O gráfico 1, a seguir, expõe vários indicadores entre os já apresentados, mostrando seu crescimento e a variação entre eles no período 1989/2010 (Goldemberg, 2011). O indicador relacionado ao orçamento da USP será tratado na sessão VII- 5.

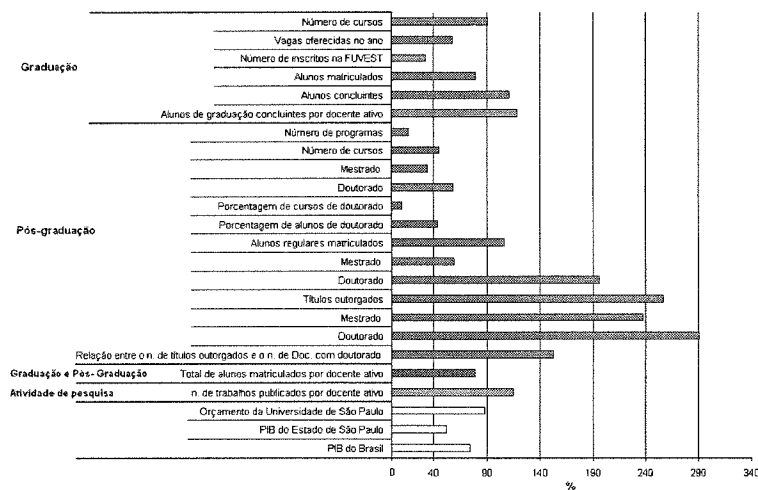


Gráfico 1 - Variação dos indicadores gerais de desempenho 1989/2010 (Goldemberg, 2011)

O gráfico 2, na sequência, mostra a distribuição candidato por vaga no Vestibular FUVEST de 1989-2009, indicando as grandezas e variações na busca da USP pela população como caminho de sua formação no ensino superior.

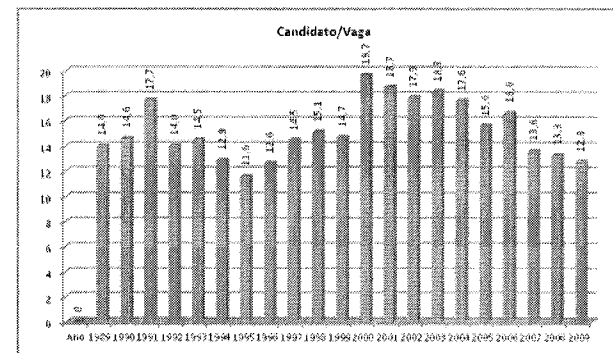


Gráfico 2 - Evolução candidato por vaga no vestibular FUVEST - 1989-2009

No tocante à graduação, o gráfico 3 e o gráfico 4, a seguir, mostram a variação do número de alunos, respectivamente por localidade e por campus,

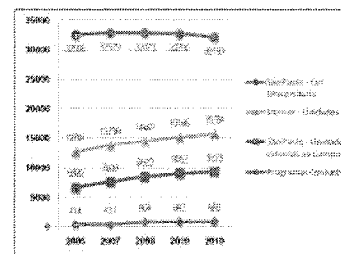


Gráfico 3 - por localidade

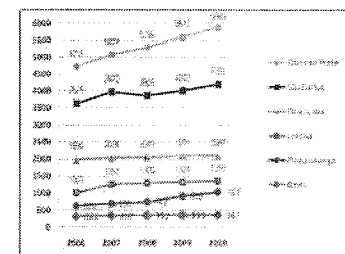


Gráfico 4 - por campus

Com relação à pós-graduação, o gráfico 5 e o gráfico 6, na sequência, também mostram a variação de número de alunos, respectivamente por localidade e por campus.

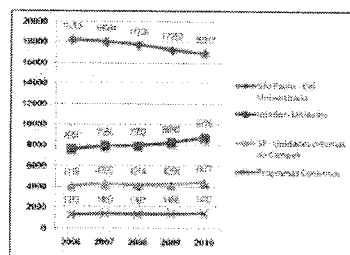


Gráfico 5 - por localidade

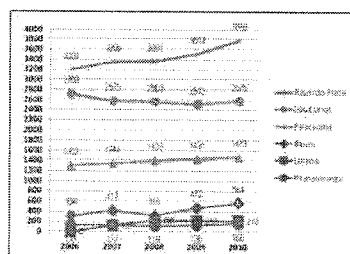


Gráfico 6 - por campus

Docentes e o crescimento de seu número por localidade e campus – gráficos 7 e 8:

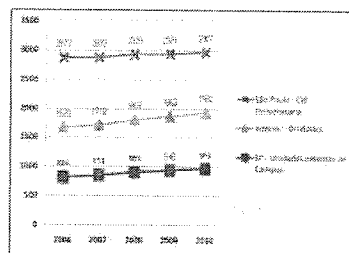


Gráfico 7 - por localidade

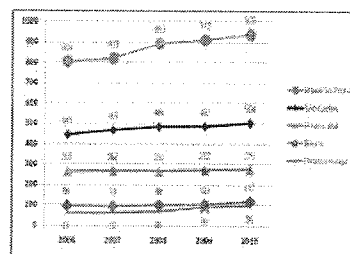


Gráfico 8 - por campus

O gráfico 9, a seguir, relativo à distribuição da idade dos docentes ativos (base dezembro de 2009), oferece elementos importantes para refletir o futuro da USP.

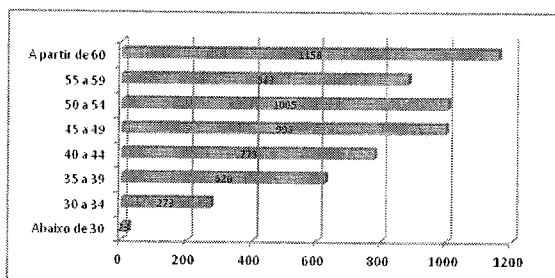


Gráfico 9 - Distribuição da idade dos docentes ativos - base dezembro 2009.

Os gráficos 10 e 11, na sequência, mostram o número de funcionários por localidade e campus, respectivamente.

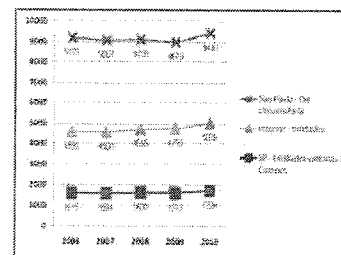


Gráfico 10 - por localidade

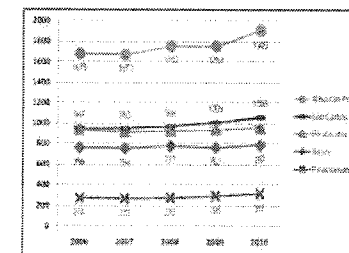


Gráfico 11 - por campus

V MISSÃO E VISÃO DE FUTURO

Missão

A missão da USP foi expressa primeiramente no decreto de sua fundação em 1934, considerando o estabelecido no Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, assim como o ideal presente na instituição universidade, que floresceu na Europa a partir do século XII, de modo especial o espírito humboldtiano da Universidade de Berlim, que indica a centralidade na pesquisa. Tais fins foram retomados no estatuto da USP de 1988, quando se explicita mais claramente o compromisso com a formação de professores (“ministrar o ensino superior visando à formação de pessoas capacitadas ao exercício da investigação e do magistério em todas as áreas do conhecimento, bem como qualificação para as atividades profissionais”).

O Estatuto da USP em vigor, estabelecendo os fins da instituição, também define a sua missão, que permanece em suas linhas gerais:

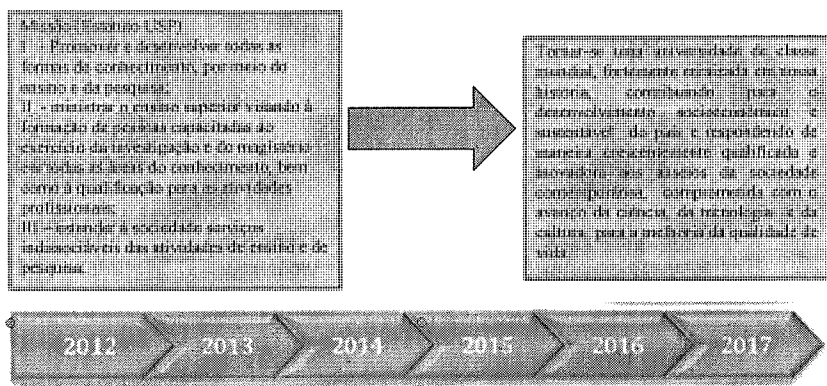
I – promoção e desenvolvimento de todas as formas de conhecimento, por meio do ensino e da pesquisa;

II – formação pelo ensino em nível superior de pessoas capacitadas ao exercício da investigação e do magistério em todas as áreas do conhecimento, bem como à qualificação para as atividades profissionais;

III – oferta à sociedade de serviços de extensão e de curadorias indissociáveis das atividades de ensino e de pesquisa.

Visão

Tornar-se uma universidade de classe mundial, fortemente enraizada em nossa história, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável do país e respondendo de maneira crescentemente qualificada e inovadora aos anseios da sociedade contemporânea, comprometida com o avanço da ciência, da tecnologia e da cultura para a melhoria da qualidade de vida.



VI ATIVIDADES-FIM DA UNIVERSIDADE E SEUS DESAFIOS

Para atender a missão e visão definidas, foram estabelecidos OBJETIVOS E METAS para as quatro áreas de atuação acadêmica, descritos nesta sessão. Na próxima sessão - “Apoio às atividades-fim”, serão especificados metas/ações, para o alcance dessas atividades. Os objetivos e metas têm como PRINCÍPIO o binômio integração-interação, direcionado, sobretudo, à relação entre a Reitoria e as Unidades de ensino e pesquisa, buscando desconcentrar as ações decisórias e implementar a descentralização.

Deste princípio, quatro DIRETRIZES de caráter transversal são definidas: aprimoramento, avaliação, transparência e internacionalização. Aprimoramento, na busca do contínuo refinamento da Universidade, valorizando os grupos e atividades de qualidade existentes, e provendo instrumentos para fortalecimento e/ou aperfeiçoamento dos menos expressivos; avaliação, como instrumento essencial de gestão, na busca do aprimoramento; transparência, revendo constantemente os procedimentos de atuação, assim como esclarecendo e divulgando o conteúdo das decisões tomadas; internacionalização, não apenas como aumento de atividades internacionais, mas como fortalecimento da posição da USP na comunidade de instituições correlatas de categoria mundial.

Dos objetivos e ações já estabelecidos pelas quatro pró-reitorias que cuidam das três indissociáveis atividades-fim, assim como pelos órgãos de gestão, é possível organizar o seguinte diagrama das prioridades, orientador do PDI.



Internacionalização

- Intercâmbio de docentes e alunos, funcionários, contratação temporária de pesquisadores estrangeiros.
- Duplo diploma

Eficiência na gestão

- Sistema USP Digital
- Descentralização
- Gestão de espaços: com core-facilities e multiusuários
- Simplificação e Racionalização
- Redução de evasão e tempo ideal de formação

Criação e Melhoria da Infraestrutura

- Parque de Museus, Centro de Convenção - SC, Centro Difusão Internacional
- FE, FFCLH, ECA e Reitoria
- Manutenção e melhoria da infraestrutura de ensino

Gestão de Pessoas - valorização

- Carreira docentes e funcionários
- Desenvolvimento de pessoal
- Sistema de Saúde

Políticas de Acesso e Permanência Estudantil

- Aprimoramento do vestibular e dos programas de inclusão
- Moradia estudantil e alimentação

No ensino, os cursos de graduação da USP estabelecem o seu projeto pedagógico de acordo com determinações legais provenientes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, promulgada em 1996 e, mais especificamente, de Resolução do Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP), que a cada cinco anos os avalia e os credencia/recredencia.

Nos projetos pedagógicos de cursos de graduação constam informações a respeito do perfil do egresso, a seleção de conteúdos, os processos de avaliação e os princípios metodológicos utilizados, realçando práticas pedagógicas inovadoras, assim como as definições de políticas de estágio, prática profissional e atividades complementares.

Os cursos de graduação a distância, diferentemente dos presenciais, reportam-se diretamente à instância federal para credenciamento. Após muita discussão, o primeiro curso de graduação com metodologia de EAD foi aprovado e está funcionando. Foi criado pelo Conselho Universitário um órgão específico para gerir os cursos de educação a distância. Antes desta medida e do curso de Licenciatura em Ciências, que está em andamento, cursos de graduação em EAD, relacionados à formação de professores do ensino fundamental de 1ª a 4ª séries e educação infantil, em nível superior, foram realizados em caráter experimental, conforme convênio entre Secretaria de Estado da Educação e as três universidades estaduais paulistas. Também estão em pleno andamento vários cursos de formação continuada, de extensão e mesmo de pós-graduação em EAD na USP.

Os programas de pós-graduação têm sido orientados e avaliados em nível nacional e os de extensão e especialização são definidos no interior da autonomia que a universidade goza.

Em relação às atividades de ensino, a USP ainda atua no âmbito da educação básica, com a Escola de Aplicação na Faculdade de Educação de São Paulo assim como com a Escola Técnica e de Ensino Médio, no campus de Lorena, que têm como objetivo tornarem-se referência nacional na formação de alunos, de professores e de funcionários para esse nível de escolarização.

No tocante às políticas de educação inclusiva vigentes, a USP segue as determinações da Lei (PNE – portadores de necessidades especiais), sendo os alunos com dificuldades especiais acolhidos desde o exame vestibular, quando provas e espaços adequados lhe são oferecidos, e, depois, ao longo dos cursos. Professores de Libras foram admitidos para atendimento dos necessitados. Além do atendimento nos cursos em nível superior, também os oferecidos no âmbito das escolas de educação básica existentes são atendidos. Na Escola de Aplicação da Faculdade de Educação, atenções específicas têm sido tomadas (como contratação de *cuidador*) para o acompanhamento desses alunos.

Com o objetivo de buscar a excelência – na formação e apoio ao estudante durante o curso, no desenvolvimento da pesquisa com inserção externa e interna e no uso e criação de espaços culturais voltados para o desenvolvimento das pessoas e a transformação social –, priorizam-se, por área acadêmica, as seguintes metas/ações²:

As prioridades definidas são fruto de análises até aqui realizadas a respeito da história e do presente da USP, identificando os desafios para o seu futuro próximo. Entende-se que, para se promoverem mudanças que elevem a Universidade a novos patamares, precisamos levar em conta não apenas a força dos novos paradigmas presentes nas transformações por que passam o conhecimento e as necessidades da sociedade, mas também considerar a comunidade da USP como protagonista e líder das inflexões que se seguirão. Um pouco dessa reflexão:

Graduação

Apesar do crescente aumento do número de vagas e de cursos, e mesmo de unidades de ensino, exige-se o aprimoramento da qualidade dos cursos, observando as seguintes dimensões: metodologia de ensino, currículo e infraestrutura.

O apoio à permanência dos alunos e a redução do tempo dessa permanência devem continuar sendo foco dos esforços da gestão. Igualmente há que serem buscadas maneiras de ampliar a diversidade do corpo discente, aumentando o número de candidatos provenientes da escola básica pública. É possível inovar e experimentar diferentes medidas para a diminuição dessa diferença, sem que o nível de exigência seja reduzido, aproveitando-se o potencial de inúmeros alunos das redes públicas de ensino. Quanto aos cursos, as revisões curriculares regularmente solicitadas e muitas vezes promovidas ainda abrem espaço para tentativas que garantam formação mais ampla, com articulação humanístico-científica, formando estudantes mais motivados e cientes do impacto socioambiental de sua área de atuação hoje e no futuro de médio e longo prazo.

² As metas/ações inscritas nesse item reportam-se às formulações das Pró-reitorias correspondentes.

Necessário, ainda, o aumento significativo de estudantes em intercâmbios de cunho internacional, assim como em programas de iniciação científica e de extensão voltados para o aprimoramento do ensino médio. Igualmente, pode-se melhorar o índice de evasão, buscando ações específicas para baixar tal fenômeno em cada curso.

METAS

Os indicadores da tabela-síntese nesta área de atuação são:

1º) Ampliação dos alunos formados e 5% entre 2012 e 2017.

2º) Ampliação de vagas (5%).

3º) Ampliação de vagas noturnas (5%).

4º) Ampliação do número de estudantes provenientes de escola pública (5%).

5º) Aumento de intercâmbio de alunos no exterior (30%).

Outras metas e ações relevantes são:

- Avaliação contínua da graduação, orientada para a valorização nas unidades do ensino de qualidade;
- Atualização dos currículos e do ensino;
- Manutenção e modernização da infraestrutura para o ensino;
- Aprimoramento do vestibular e dos programas de inclusão;

Pós-Graduação

No que se refere ao ensino de pós-graduação, mesmo considerando o significativo aumento da produção de teses e dissertações dos últimos anos, é necessário continuar a contribuir com a formação de mais doutores.

Sabe-se que, apesar de o número de doutores formados no país ser alto (10 mil ao ano), a razão de doutores por número de habitante é ainda muito baixa. Além disso, tendo em vista o nível de desenvolvimento do país, é importante a melhoria da qualidade da formação desses doutores, sobretudo em áreas de fronteira do conhecimento e de inovação tecnológica.

De modo geral na USP, é pouco expandido o uso de mídias interativas em cursos presenciais, seja no âmbito do ensino da graduação, da pós-graduação ou mesmo da educação básica (há duas unidades, uma no campus São Paulo – Escola de Aplicação da FE – e outra no campus de Lorena – ensino médio e escola técnica). Estamos realizando algumas experiências em cursos chamados *a distância*, seja em nível de extensão, de pós-graduação ou de graduação, que devem ser acompanhadas e rigorosamente avaliadas.

METAS

Os indicadores da tabela-síntese nesta área de atuação são:

1º) Aumento dos alunos de pós-graduação - mestrado e doutorado – (5%).

2º) Ampliação da excelência da pós-graduação – programas 6 e 7 da Capes – (5%).

3º) Ampliação de intercâmbio de alunos no exterior (30%).

Pesquisa

Quanto à pesquisa, os dados mostram um aumento extraordinário da produção, mas ainda insuficiente devido às necessidades de desenvolvimento do país e ao fato de que, no Brasil, a pesquisa de diferentes especificidades (básica, aplicada ou de inovação) diferentemente dos países mais desenvolvidos, é realizada em grande parcela pelas universidades e pouco por empresas ou outros setores da sociedade. A escassez de mão de obra para a ciência no setor produtivo do Brasil pode levar – e tem levado – empresas multinacionais a montar centros de pesquisa em países concorrentes. Ou seja, mesmo com o aumento, há ainda pouca pesquisa aplicada de empresas no Brasil, voltada para inovação tecnológica (P&D). Apesar das ações pioneiras da Agência USP de Inovação, a participação de estudantes de graduação e de pós-graduação nesses projetos pode contribuir decisivamente para a formação de um quadro de profissionais, líderes de mudanças estruturais na capacidade de inovação dos setores público e empresarial. Ainda no âmbito da pesquisa, apesar da crescente produção acadêmica, seu impacto internacional é bastante acanhado, necessitando medidas específicas de ampliação do intercâmbio e de edições em inglês.

METAS

Os indicadores da tabela-síntese nesta área de atuação são:

1º) Ampliação da produção científica (20%).

2º) Ampliação de bolsas de iniciação científica (30%).

3º) Ampliação de patentes (30%).

4º) Ampliação de recursos de agências de fomento (10%).

5º) Ampliação de pós-doutorados (10%).

Outras metas e ações relevantes são:

- Fomento de redes temáticas interdisciplinares;
- Integração das culturas científica e humanística no ensino, estimulando pesquisas e publicações conjuntas;
- Ampliar o número de pós-doutorados;
- Atuar na gestão de espaços: com *core-facilities* e multiusuários;
- Integrar pesquisa com o setor produtivo, governo, ONGs, universidades e escolas de educação básica;
- Difundir a ciência de diferentes modos: quantificar e qualificar os resultados;
- Política para ciência, tecnologia e inovação.

Cultura e Extensão

No tocante às atividades de cultura e extensão, tem sido afirmada a necessidade de a USP se articular de maneira mais expressiva e de diferentes modos com a sociedade, em especial com as parcelas da população que apresentam maior dificuldade em usufruir das diferentes expressões culturais e de conhecimento disponíveis. O registro das atividades desenvolvidas e a análise de sua aceitação pela população, verificando tendências e resultados, são aspectos ainda pouco desenvolvidos.

METAS

A tabela síntese aponta o indicador, que será complementado por outros.
1º) Ampliação do número de cursos de extensão oferecidos.

Outras metas e ações prioritárias são:

- Divulgação de atividades atrativas ao alunado e à sociedade;
- Facilitação de comunicação e de procedimentos;
- Articulação com ações de ensino e de pesquisa.
- Ações educativas vinculadas à divulgação de acervos da USP

APOIO ÀS ATIVIDADES-FIM

1. INTERNACIONALIZAÇÃO

Pretendendo-se a USP como universidade de classe mundial, um objetivo nuclear reside na busca por maior inserção de seus professores, estudantes (graduação e pós-graduação) e funcionários em instituições no espaço mundial, recebendo estrangeiros, ampliando convênios e pesquisas conjuntas, fortalecendo a sua posição na comunidade internacional nas diferentes áreas do conhecimento. Todavia, a análise relativa aos atuais números, à tendência dessa inserção e mesmo à ausência de indicadores consistentes mostra a necessidade de ações específicas para o alcance de tal objetivo.

METAS

Os indicadores da tabela síntese são:

- 1º) Afastamentos de docentes ao exterior por mais de 30 dias (100%).
- 2º) Ampliação do número de pesquisadores estrangeiros na USP (120/ano).
- 3º) Acesso à língua inglesa a 100% dos alunos de graduação.

Outras metas e atividades relevantes são:

- Criação de um novo sistema corporativo, o Sistema Mundus, incorporando todas as informações da área internacional da USP;
- Reformulação do site da Reitoria em formato bilingue e mais fácil de ser acessado;
- Apoio ao trabalho das comissões locais de relações internacionais;

2. ASPECTOS FINANCEIROS/ORÇAMENTÁRIOS

A autonomia das universidades estaduais paulistas, outorgada em 1989, engloba a gestão orçamentária, administrativa e financeira. A vinculação do orçamento destas universidades a um percentual da arrecadação do ICMS (quota-parte estadual) foi um dos pilares da autonomia. Esse percentual é estipulado anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Estado de São Paulo, mas a tradição tem sido a manutenção do mesmo percentual. Atualmente, as atividades da USP são custeadas com recursos advindos da aplicação do índice de 5,0295% sobre a arrecadação do ICMS líquido do Estado.

O modelo de autonomia das universidades paulistas, ao garantir regras claras de financiamento, reduziu o risco de ingerência política na gestão das universidades. Mas o

risco da própria volatilidade do ICMS permanece, o que impõe a necessidade de racionalidade na aplicação dos recursos e de planejamento das atividades das universidades, tanto no curto quanto no longo prazo, conferindo à política de elaboração e gestão orçamentária papel fundamental para o exercício da autonomia.

O orçamento da USP é elaborado pela Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP) que o submete ao Conselho Universitário (Co) para aprovação. Este processo envolve dois estágios: a formulação das diretrizes orçamentárias e, a partir da aprovação destas, a distribuição orçamentária entre os diversos órgãos, unidades e atividades integradas. O gerenciamento do orçamento e a administração dos recursos financeiros são feitos pela CODAGE, tendo como braço executivo, o seu Departamento de Finanças.

As diretrizes orçamentárias estabelecem parâmetros de distribuição a serem considerados no orçamento. A análise dessas diretrizes revela preocupações básicas que norteiam a distribuição orçamentária ao longo dos anos. Na questão da política de pessoal, que envolve o principal componente de despesa da Universidade, observa-se o esforço para preservação do poder aquisitivo dos salários, contemplado, em parte, pela Reserva de Reajuste; para manutenção e expansão dos quadros, com contratações de acordo com as necessidades, inclusive na estimativa de despesas com pessoal e reflexos; e para valorização do quadro por meio de programas de ascensão na carreira.

No que diz respeito às outras despesas de custeio e de capital, quatro linhas de atuação merecem destaque. Em primeiro lugar, o processo de descentralização, com foco em ações consideradas relevantes para o desenvolvimento das atividades-fim da Universidade. Segundo, a criação e implantação de programas especiais, não necessariamente de caráter permanente, destinados a viabilizar a implantação e expansão de infraestrutura de ensino, pesquisa e extensão universitária. Terceiro, o uso de mecanismos alternativos de distribuição da dotação básica para as unidades e órgãos, com a introdução de parâmetros que reflitam o desempenho das atividades-fim. Finalmente, cabe destacar a manutenção de fundos especiais para fins específicos: apoio às viagens didáticas e atividades de campo, mobiliário para instalações novas ou recuperadas, manutenção de animais para ensino e pesquisa, manutenção de veículos, seguro de acidentes pessoais, seguro de veículos, reposição de equipamentos de laboratórios, informática e audiovisual.

Seguindo a tendência de outros entes públicos que apresentam alguma forma de orçamento social, a Universidade passou a publicar, a partir do Orçamento de 2006, um quadro especial relativo às despesas com a política de permanência e formação estudantil. A evolução da execução financeira da USP reflete o expressivo aumento do número de vagas e de alunos matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação verificados nos últimos anos. Nesse sentido, foi particularmente importante a elevação nos gastos com a compra de novos equipamentos e readequação da infraestrutura física dos diversos *campi* da USP e a ampliação dos benefícios concedidos no âmbito da política de permanência e formação estudantil.

No aspecto especificamente financeiro há que se buscarem, de maneira mais profissional e eficiente, recursos externos para o financiamento das atividades tanto de pesquisa quanto de ensino e extensão. De modo geral, há espaço para ações de âmbito interno e externo. Externamente já tem sido afirmada em diversos fóruns a necessidade de se buscar maior estabilidade, e melhor planejamento com a institucionalização da fração tributária para as universidades paulistas.

METAS

A meta apresentada na tabela síntese indica:

1º) Investimentos de 5% do orçamento para 2017.

2º) Discutir e estabelecer estratégia institucional adequada para a constitucionalização da fração tributária para as universidades paulistas.

3. GESTÃO

A USP é gerida por uma estrutura que tem o Conselho Universitário como instância máxima de decisão. A reitoria é meio para o alcance da missão estabelecida oportunizando o desenvolvimento de metas temporais. Cabe a ela fixar regras básicas com o propósito de formar a identidade da universidade, assim como acompanhá-las, criando condições para a autonomia das unidades. Cada órgão exerce sua competência. As unidades são encarregadas do cumprimento dos objetivos- fim da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

É um equívoco pensar que a Universidade deva ser administrada centralmente. O dirigente de cada unidade deve ter ampla autoridade para tomar decisões tanto sobre gestão administrativa como acadêmica e deve ter os instrumentos de gestão, o que não implica a perda de identidade da universidade. As políticas são centrais.

Os seguintes princípios têm orientado a gestão institucional, muitos deles já presentes em gestões anteriores: diálogo amplo, permanente, sistemático, transparente, democrático e responsável; discussão prioritária das diretrizes gerais por parte dos órgãos colegiados; valorização das unidades; uso da autonomia universitária; prática da sustentabilidade e internacionalização.

A partir dos princípios elencados e dos diagnósticos regularmente realizados, a meta básica e as ações consequentes, voltadas para o aperfeiçoamento da gestão institucional, relacionam-se ao exame acurado, quantitativo e qualitativo, que ocorre no interior de cada ciclo avaliativo que a USP promove.

No que tange à gestão institucional, tanto a referente à organização administrativa, quanto a de pessoal, muito há o que melhorar, tendo em vista, por um lado, a histórica burocratização e centralização das instituições públicas e, por outro, as possibilidades de maior rapidez e eficiência derivadas da revolução digital que vivemos.

3.1 Organização administrativa

A Coordenadoria de Administração Geral (CODAGE) é um órgão abrangente, que inclui duas comissões e quatro departamentos. As comissões são a Central de Recursos Humanos (CCRH) e a Permanente de Veículos Oficiais (COPAVO). Os departamentos são: o Administrativo, o Financeiro, o de Informática e o de Recursos Humanos. O Arquivo Geral da USP também está subordinado à CODAGE.

Os departamentos de Informática e Financeiro realizam, além das atividades institucionais, ações de apoio às atividades docentes, entre elas as referentes às parcerias que a USP mantém com a comunidade e o mundo do trabalho.

Quanto à informática, os últimos anos foram marcados pelo crescimento da demanda por automatização de *workflows* manuais e eliminação do uso do papel. Além do aperfeiçoamento e da criação de novos sistemas corporativos, tem sido estabelecido como meta dessa área a criação do sistema USPDigital, que visa propiciar a troca de documentos entre as pessoas e setores da instituição, desativando o sistema Proteos, desenvolvido na década de 80. O sistema Tycho, a partir de sua base de dados, deve disponibilizar a evolução dos indicadores de cada unidade, possibilitando comparações com os indicadores de outras unidades e a universidade, facilitando a avaliações e planejamentos mais qualificados.

METAS

Na tabela síntese o indicador é:

1º) O percentual de processos sem papel em relação ao total de processos.

Outras metas e atividades relevantes são:

- Discussão ampla com a comunidade sobre relacionamento da universidade com a iniciativa privada, incluindo o papel das fundações de apoio;
- Elaboração de um novo modelo para definição e desenvolvimento dos projetos em RH, englobando as Unidades/Órgãos da USP no processo decisório e não mais apenas na execução;
- Aprimoramento do Sistema de Arquivos da USP (SAUSP);
- Criação do sistema USPDigital;
- Criação de novos sistemas corporativos, para gestão: de documentos, de pautas eletrônicas, de contratos, de processos e cadastro de docentes, de benefícios aos alunos, de ex-alunos, de processos de internacionalização;
- Melhoria dos sistemas atuais.

3.2 Gestão de pessoas

O quadro de pessoal da USP é composto por 5.865 docentes e 16.187 servidores técnico-administrativos. Os docentes são divididos entre os seguintes regimes de trabalho: RTC, RTP e RDIDP. Carreira, plano de saúde e segurança são questões centrais para os que trabalham e vivem a USP.

No âmbito da carreira, no tocante aos funcionários técnico-administrativos, um novo plano de carreira foi aprovado recentemente, buscando-se definir critérios claros para a ascensão e desenvolvimento profissional. A carreira docente, por outro lado, teve sua política de reconhecimento aperfeiçoada, com critérios para progressão horizontal, além da progressão vertical existente.

No que se refere à saúde dos servidores da USP, está em discussão uma modelagem de plano de saúde em grupo que permita uma cobertura e atendimento adequado para os servidores da Universidade e sua família, incluindo a possibilidade de atendimento fora da área geográfica do campus onde está lotado.

Quanto à segurança institucional, parte-se do pressuposto de que uma das suas finalidades é criar um campus onde as pessoas sintam-se seguras para ir e vir. É necessário analisar os pontos críticos dos campi, padronizar a gestão de segurança, através de orientação técnica profissional e de treinamento voltado para a prevenção e segurança comunitária. As ações definidas devem ser acompanhadas, avaliadas e discutidas nas instâncias existentes.

METAS

As metas/ações relevantes são:

- Implementação de um plano de expansão do corpo docente e não-docente para os próximos 5 anos, tendo em vista a tabela síntese.
- Término da discussão a respeito da carreira docente e não-docente.

4. POLÍTICAS DE APOIO AO ESTUDANTE: ACESSO, PERMANÊNCIA E FORMAÇÃO

Além da preocupação em contribuir com o desenvolvimento econômico e social da região e do país, como firmado em sua missão, a USP tem se empenhado em desenvolver atividades de apoio ao estudante nos diferentes tipos de cursos. Igualmente, tem realizado ações afirmativas de inclusão social com o objetivo de ampliar a diversidade dos seus estudantes, coerentemente com a diversidade encontrada na população brasileira de modo geral. Nesse sentido, tem implantado ao longo do tempo – e constantemente revisto – medidas relacionadas ao vestibular, buscando incluir mais alunos provenientes das escolas públicas de educação básica, assim como ações e projetos de atuação junto a tais escolas.

O acesso de um estudante concluinte do Ensino Médio à USP se faz por um processo seletivo coordenado por Fundação específica – a FUVEST. Existe no site da USP e em editoração própria, a publicação “A USP e as Profissões”, orientando alunos da escola básica a respeito de todos os cursos e o número de vagas disponíveis a cada ano. A USP recebe em períodos estipulados alunos da educação básica para visitas às suas unidades, assim como organiza um evento, tanto no campus da capital, quanto nos do interior – “Feira de Profissões” – aberto à população. Os critérios do processo seletivo são comunicados em diferentes jornais de ampla circulação. Cada ingressante recebe, logo na matrícula, informações de toda ordem para planejar a sua estada na Universidade.

A Coordenadoria de Assistência Social (COSEAS) coordena uma série de recursos destinados aos alunos, em especial aos que necessitam de apoio para se manterem nos cursos. Há bolsa moradia (vaga em apartamento, especial para estudante com filhos) ou auxílio moradia (financeiro); auxílio transporte; auxílio alimentação; auxílio permanência para alunos ingressantes; creche; auxílio emergencial. Existem ainda auxílios que combinam suporte socioeconômico e mérito acadêmico, como o projeto Aprender com Cultura e Extensão, auxílio financeiro vinculado ao desempenho acadêmico junto a projetos de extensão, e Bolsa Ensinar com Pesquisa, vinculada a

projetos de pesquisa sobre ensino de graduação. Outros recursos de apoio: subsídio alimentação, uso dos restaurantes universitários com refeições a preços subsidiados; assistência à saúde; educação física e esportes, uso das instalações das praças de esportes da Universidade; programas de promoção da saúde para alunos em situação de risco (apoio psicológico, prevenção e atendimento ao uso de álcool e drogas, prevenção e atendimento para casos de gravidez na adolescência ou de adultos jovens, projetos visando facilitar o acesso de deficientes físicos e outros). Há ofertas amplas para a vida cultural e esportiva dos estudantes: museus, centros culturais e institutos diversos. Há espaços para participação e convivência estudantil.

A vida escolar dos alunos é acompanhada não apenas nas unidades dos cursos que frequentam, como também por órgãos centrais, em geral Pró-Reitorias. Há indicadores e séries históricas que possibilitam à Universidade realizar a sua avaliação institucional de cursos e do rendimento dos estudantes. Muitas unidades possuem associação de ex-alunos e também os convidam a participar de eventos. Estão em desenvolvimento várias ações para manter contato mais próximo com egressos.

METAS

Os indicadores da tabela síntese são:

- 1º) Ampliação de auxílio moradia (10%).
- 2º) Ampliação de vagas em moradia (10%).
- 3º) Ampliação de vagas nas creches (10%).
- 4º) Ampliação do número de bolsas (10%).

Outras metas relevantes são:

- Ampliação das diferentes formas de apoio aos estudantes que dele necessitam para concluírem o curso no tempo ideal.
- Viabilização de canais eficientes de contato com egressos.
- Ampliação do número de alunos provenientes da escola pública aos cursos da USP, avaliando e discutindo amplamente as ações afirmativas até o momento realizadas.

5. INFRAESTRUTURA

A USP tem hoje cerca de 1.800.000 metros quadrados construídos nos seus sete campi, e diversas instalações espalhadas pelo Estado, em 76 milhões de metros quadrados de terreno dos quais quase metade urbanizados e com sistemas de infraestrutura, com mais de 900 edifícios, crescendo em média 30.000 metros quadrados edificadas por ano.

Buscando melhores formas de atendimento aos seus objetivos, constantemente transforma-se e formula demandas de reformas e expansão. No presente período, a Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, no Butantã, apresenta necessidades evidentes de modernização de suas estruturas, sendo previstas intervenções prediais, iluminação pública, de informática, entre outras. Já em andamento estão as obras de construção do prédio da Biblioteca Mindlin, a restauração do prédio original da

Reitoria, a reforma e ampliação do Auditório Camargo Guarnieri, a construção de novos prédios para os Museus de Zoologia e de Arqueologia e Etnologia e o Centro de Convenções. Está ainda prevista a construção de um complexo que inclui, entre outras destinações, o Centro de Difusão Internacional da Universidade, composto por escola de línguas, centro de recepção para alunos estrangeiros e escritórios de organismos internacionais como Unesco, DAAD, Comissão Fulbright, Instituto Confúcio etc. Nos campi do interior, entre as obras realizadas e previstas, está a construção do Centro de Convenções, no campus de São Carlos.

Pelo sistema da USP, cabem às suas unidades de ensino e pesquisa, institutos e museus propor as melhorias estruturais, que, aprovadas pelos órgãos centrais, são realizadas. À Reitoria, cabe realizar obras para a administração geral e órgãos não-autônomos. Atualmente, a grande maioria das unidades situadas na Cidade Universitária está construindo prédios e outras melhorias, cujo impacto será notado em breve, em termos de facilitação de ensino e pesquisa.

METAS

As metas/ações relevantes são:

- Ampliação da descentralização das atividades, criando as COESF Regionais-CORES, escritórios técnicos em cada campus, adequados para elaboração de instrumentos de planejamento e controle do cadastro físico das instalações locais.
- Criação de um cadastro unificado de empresas de projeto e obras para a Universidade, permitindo que cada unidade possa melhor equacionar suas licitações.
- Implementação do ATLAS - um sistema de georreferenciamento que, aliando plantas físicas a dados numéricos, índices e documentos das diversas áreas físicas dos campi (de prédios e de áreas externas), permitirá um acompanhamento mais rápido das intervenções em curso e uma análise mais aprofundada de sua pertinência.

VIII. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Como afirmado no início deste documento, a USP, logo após sua criação, desenvolveu processos de avaliação de suas unidades e dos resultados acadêmicos que ensejaram análises e estimularam discussões em várias oportunidades, em especial nos processos de troca de reitores. A Constituição democrática de 1988 e as discussões na sociedade, que precederam a votação da LDB em 1996 possibilitaram a formulação de uma Lei que definiu um sistema nacional de avaliação para a educação superior. Permanecendo após promulgação da LDB, tal sistema nacional assegurou definições formuladas pelos sistemas estaduais de ensino e a autonomia das universidades.

No espírito de sua autonomia, a USP, entre 1992 e 1998, realizou o primeiro ciclo de avaliação institucional articulado e amplo, contemplando os departamentos de ensino. Nessa avaliação, além de uma autoavaliação, foi efetuada uma avaliação externa, que contou com a colaboração de professores de renome nacional e internacional, convidados pelas Unidades.

A partir da Deliberação de 13 de abril de 2000, do Conselho Estadual de Educação (CEE), que dispõe sobre o processo de avaliação de Universidade e de Centro Universitário do Sistema Estadual de Ensino, a USP, seguindo as orientações e os ciclos de avaliação ali propostos, definiu, em 2001, um Planejamento Geral de Avaliação Interna. Em dezembro de 2002, instituiu-se a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) para coordenar o processo de avaliação definido por tal Planejamento. Esta Comissão efetuou algumas alterações no processo de avaliação, tal como previsto no Planejamento Geral de Avaliação Interna de 2001, e deu início aos trabalhos. As alterações relacionaram-se, sobretudo, ao aumento da participação das unidades e dos departamentos no processo de avaliação e a uma associação mais forte entre autoavaliação e planejamento.

Realizadas todas as etapas de avaliação previstas, a USP, em dezembro de 2005, enviou ao CEE-SP, o documento produzido, contendo os relatórios finais das áreas-fim, quais sejam: graduação, pós-graduação, pesquisa e cultura e extensão universitária, elaborados pelas respectivas pró-reitorias, assim como o relatório da área meio representada pela Coordenadoria de Administração Geral (CODAGE), que trata da gestão administrativa, financeira e de recursos humanos. Aos relatórios dessas áreas acrescentaram-se ainda dois outros, ligados às atividades de apoio ao ensino e à pesquisa, o relativo à tecnologia da informação, de responsabilidade da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI), e o das bibliotecas, coordenadas pelo Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi).

O processo de avaliação do segundo ciclo de avaliação institucional realizado entre 2003 e 2005 incluiu avaliação interna e externa de unidades de ensino e pesquisa (36), departamentos (199) e órgãos complementares, abrangendo institutos especializados (6), museus (4) e hospitais (2). Iniciado com a reflexão sobre o ciclo anterior, novas propostas de encaminhamento foram formuladas para o Segundo Ciclo de Avaliação, em reuniões envolvendo pró-reitores, diretores, vice-diretores e chefes de departamentos de unidades de ensino e pesquisa, além de presidentes de comissões acadêmicas.

A CPA procurou sistematizar conceitos, diretrizes e experiências de avaliações universitárias, ao mesmo tempo em que trabalhou no sentido de sensibilizar e motivar a comunidade acadêmica para colaborar com o processo.

A avaliação interna adotou os seguintes princípios gerais: um processo descentralizado, participativo, contínuo e permanente; de caráter pró-ativo e não punitivo; focalizando a instituição e não o docente; prevendo a adoção de indicadores para acompanhamento das ações estabelecidas e respeitando as especificidades das unidades de ensino e pesquisa, departamentos, assim como dos institutos especializados, dos museus e hospitais.

Objetivando uma relativa uniformidade de informações, foram elaborados os roteiros para a autoavaliação e para o plano de metas, específicos para as unidades, departamentos, institutos especializados, museus e hospitais, constituindo-se em elementos de base para o processo de avaliação interna, contemplando principalmente os aspectos qualitativos.

Ainda para subsidiar o processo, foi desenvolvido o perfil acadêmico das unidades e dos departamentos, com os indicadores quantitativos disponíveis, para dar base à reflexão sobre os aspectos qualitativos nos roteiros de autoavaliação.

Todos os departamentos fizeram sua avaliação interna, propuseram seu próprio plano de metas, que foram consolidados em um único plano de metas de suas respectivas unidades.

Embora a condução do processo de autoavaliação da unidade e do departamento tenha sido de responsabilidade do diretor e do chefe de departamento, as comissões acadêmicas e os demais membros da comunidade de docentes, alunos e funcionários foram chamados a participar. A CPA procurou, em todas as etapas, oferecer apoio à formação e à orientação de agentes multiplicadores e facilitadores ao processo de planejamento estratégico, tarefa que necessita ser constantemente exercitada.

Procurou-se ainda a ampla divulgação e a discussão dos resultados decorrentes do processo, por meio de encontros, reuniões, publicações, etc. Também se sugeriu que os documentos gerados fossem incluídos nos respectivos *sites* das unidades de ensino e pesquisa da USP.

O terceiro ciclo de avaliação, em vias de finalização, obedeceu aos mesmos procedimentos, contando com o apoio de um sistema denominado Tycho, que faz a leitura dos indicadores dos bancos de dados institucionais (Júpiter, Fênix etc), do Anuário Estatístico e do Sistema Lattes do CNPq.

A partir dos documentos existentes, em especial a avaliação institucional da USP remetida ao CEE e a proposta da atual gestão, incluindo as propostas das pró-reitorias e demais órgãos centrais de gestão, um primeiro rascunho é aqui apresentado para iniciar um processo de discussão mais amplo que resulte na elaboração de um PDI para a USP no curto prazo (cinco anos). O processo deve ser amplo e aberto com a participação de todos os segmentos envolvidos na execução e acompanhamento. Devem ser previstas metas quantitativas e qualitativas e ações para seu alcance no período proposto, assim como avaliação e análise dos resultados obtidos.

Metas/Ações:

1. Definição de indicadores e produção de séries históricas, comparáveis na unidade, entre unidades e entre áreas;
2. Analisar as necessidades e possibilidades de superação dos programas acadêmicos, confrontando-os com os grupos de interesse da unidade;
3. Valorizar os avanços obtidos no plano de melhoria.

IX SÍNTESE DAS PRINCIPAIS METAS USP 2012-2017

	Meta	Posição 2010	Meta 2017
1	Investimento	3,1% do orçamento	5% do orçamento
	Aumento do número de estudantes formados:		
	a) Graduandos;	7.663	+5%
2	b) Pós-graduandos (Mestrado e Doutorado)	5.839, sendo: 3.500 (M) e 2.339 (D)	+10%
	c) Pós-doc	691 admitidos sendo 475 certificados	+10%
3	Ampliação de vagas Graduação e melhoria do ensino (ênfase ensino noturno)	10.622 3.672	+5% +5%
4	Ampliação apoio ao estudante	Bolsa Auxílio Moradia: 1432 Vagas em Moradia: 2288 Vagas em Creches: 206 Bolsas (Monitoria/Estágio): 5985 Inglês:	+10% +10% +10% +10% 100% dos alunos
5	Ampliação do nº de estudantes provenientes da escola pública	24%	+5%
	Aumento da internacionalização		
	a) Convênios	677	+10%
	b) Afastamentos de docentes por mais de 30 dias	258	+100%
6	c) Intercâmbio de estudantes (Graduação, Pós-graduação e Pós-doc)	Graduação: 1.228 no exterior 739 do exterior Pós-Graduação: 1.014 do exterior	+30% +30% +30%
	d) Pesquisadores estrangeiros na USP	Não há informação	120
	e) Intercâmbio de funcionários	Não há informação	50
7	Ampliação da integração com a sociedade	Cursos Extensão/Cultura: 928 Patentes até 2010 Concedidas: 95 Requeridas: 556 Nº de Convênios: 2.082 Recursos Agência Fomento R\$ 541.878.757,	+20% +20% +30% +10% +10%
8	Ampliação da excelência dos programas de Pós-Graduação	Programas 6 e 7 CAPES: 86 (239)	+10%
9	Aumento de excelência: a) Ampliação da produção científica; b) Bolsas Inic. Científica	ISI – 8.417 2.847	+20% +30%
10	Gestão : a) Processos sem papel b) Expansão do corpo docente e não docente	Nº Processos em papel a serem substituídos pelo eletrônico Elaboração de um plano	100% digitalizados
11	Avaliação sistemática, como apoio aos Planos de Metas das unidades e órgãos	Planos de Metas das Unidades/Órgãos	Acompanhamento semestral

Departamento de Educação, Informação e Comunicação

NOME	UNIDADE USP/ INSTITUIÇÃO DE ORIGEM	CAS ESCOLHIDA	Sub-área	E-MAIL	TELEFONES
Afrânio Mendes Catani	USP	Educação	Administração e Política Educacional		
Aline Maria de Medeiros Rodrigues Reali Prof. Titular	UFSCAR	Educação		darr@power.ufscar.br	(16) 3351-8373
Amanda Eloina Sherer Associado III	UFSM		Letras e Linguística		
Ana Zanduwaís	UFRGS		Letras e Linguística		
Antônio Suarez	UNESP- Araraquara		Letras e Linguística		
Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno	FEUSP	Educação			
Celia Maria Fernandes Nunes	UFOP	Educação		celia@ichs.ufop.br	(31) 3557-9400
Celia Regina Vendramini	UFSC	Educação		celiavendram@gmail.com	(48) 3331-9245
César Aparecido Nunes	UNICAMP		Letras e Linguística		
Cristhian Dunker	USP		Letras e Linguística		
Denice Barbara Catani	FEUSP	Educação			
Demerval Saviani	UNICAMP	Educação	Administração e Política Educacional		
Eduardo Fleury Mortimer	FE/UFMG	Educação	Metodologia do Ensino		
Ezequiel Silva	UNICAMP		Letras e Linguística		
Freda Indursky	UFRGS		Letras e Linguística		
José Carlos Libâneo		Educação			
Juarez Tarcísio Dayrell	FAE-UFMG	Educação	Educação e juventude		
Lisete Regina Gomes Arelaro	USP	Educação	Administração e Política Educacional		
Manoel Orisovaldo de Moura	FE-USP	Educação	Metodologia do ensino de Matemática	modmoura@usp.br	

Departamento de Educação, Informação e Comunicação

Maria Amélia de Campos Oliveira	EE-USP	EDUCAÇÃO	Didática	Telefone: (306) 17652	
Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt - Prof. Associado	Universidade Federal do Paraná-	Educação	Metodologia do Ensino	Telefone: (41) 33605117 Fax: (41) 3605117	
Maria da Graça Nicoletti Mizukami Prof. Titular	UFSCAR	Educação	Metodologia do Ensino	gramizuka@gmail.com	(11) 2114-8245
Maria Isabel de Almeida	FE-USP	EDM Professora associada	Didática	mialmei@usp.br ;	
Maria José Coracini	UNICAMP		Letras e Linguística		
Maria Nélida González de Gómes	IBICT/UFRJ		Ciência da Informação		
Maria Victoria de Mesquita Benevides Soares			Fundamentos da Educação		
Marília Pontes Spósito	USP	Educação	Administração e Política Educacional		
Marilda Lopes de Lara	ECA-USP	Professora Associada	Ciência da Informação		
Marilda Gimenez de Lara	ECA-USP		Ciência da Informação		
Marília Pinto de Carvalho	FEUSP	Educação	Administração e Política Educacional		
Mônica Zoppi Fontana	UNICAMP		Letras e Linguística		
Nair Kobashi	ECA-USP	Professora Associada	Ciência da Informação		
Nelio Marco V. Bizzo	FE-USP				
Nicolau Sevcenko	FFLCH-USP	PPG História Social – Professor Titular	História Social		
Nilson José Machado	FE-USP	EDM-Titular	Metodologia do Ensino	njmachad@usp.br	
Paulo Cesar Rodrigues Carrano	FE-UFF	Educação			
Regina Marteleto	FIOCRUZ/RJ		Ciência da Informação		
Romualdo Luis Portela de Oliveira	USP	Educação	Administração e de Política Educacional		

Departamento de Educação, Informação e Comunicação

Sandra Lúcia A. de Assis Reimão	ECA-USP		Ciência da Informação		
Selma Garrido Pimenta	Fe-USP	EDM-Titular	Didática	sgpiment@usp.br	
Sonia Maria Vanzella Castellar	FE-USP	Educação	Metodologia do ensino		
Sonia Teresinha de Sousa Penin	FE-USP	EDM- Professor Titular	Didática	sapenin@usp.br ;	
Susy Lagazzi	UNICAMP		Letras e Linguística		
Tânia Maria Baibich) É professora Associada III da Universidade Federal do Paraná, desde 1989.	UFPR	Educação -	Teoria e Prática da Educação	Departamento de Teoria e Prática da Educação. Telefone: (41) 3605149	
Ubiratan de Ambrósio		Educação	Metodologia do Ensino de Matemática		
Ulpiano Bezerra de Menezes	FFLCH/USP	PPG História Social – Professor Titular	História Social		
Vitor Henrique Paro	USP	Educação	Administração e de Política Educacional		
Waldomiro de Castro Santos Vergueiro	ECA – USP Professor Titular	PPGG	Ciência da Informação		

Departamento de Computação e Matemática

NOME	UNIDADE USP/ INSTITUIÇÃO DE ORIGEM	CAS ESCOLHIDA	E-MAIL	TELEFONES
César Augusto Camillo Teixeira	UFSCar	Área de Computação	cesar@dc.ufscar.br	(16) 3351- 8575
Estevam Rafael Hruschka Júnior	UFSCar	Área de Computação	estevam@dc.ufscar.br	(16) 3351- 8220
Heloísa de Arruda Camargo	UFSCar	Área de Computação	heloisa@dc.ufscar.br	(16) 3351- 8620
José Hiroki Saito	UFSCar	Área de Computação	saito@dc.ufscar.br	(16) 3351- 8576
Lúcia Helena Machado Rino	UFSCar	Área de Computação	lucia@dc.ufscar.br	(16) 3351- 8597
Luís Carlos Trevelin	UFSCar	Área de Computação	trevelin@dc.ufscar.br	(16) 3351- 8627
Maria do Carmo Nicoletti	UFSCar	Área de Computação	<u>carmo@dc.ufscar.br</u>	(16) 3351- 8232/8231/861 6
Maurício Figueiredo	UFSCar	Área de Computação	mauricio@dc.ufscar.br	(16) 3351- 8595
Rosângela Aparecida Delloso Penteado	UFSCar	Área de Computação	rosangela@dc.ufscar.br	(16) 3351- 8621
Sérgio Donizetti Zorzo	UFSCar	Área de Computação	zorzo@dc.ufscar.br	(16) 3351- 8220
Claudia Buttarello Gentile	UFSCar	Área de Matemática	gentile@dm.ufscar.br	(16) 3351- 8220 ramal: 239
Gerson Petronilho	UFSCar	Área de Matemática	gerson@dm.ufscar.br	(16) 3351- 8220 ramal: 248
Karina Schiabel Silva	UFSCar	Área de Matemática	schiabel@dm.ufscar.br	(16) 3351- 8220 ramal: 232
Pedro Luiz Aparecido Malagutti	UFSCar	Área de Matemática	malagutti@dm.ufscar.br	(16) 3351- 8220 ramal: 231

Departamento de Física

[illegible]

Departamento de Música

NOME	UNIDADE USP/ INSTITUIÇÃO DE ORIGEM	CAS ESCOLHIDA	E-MAIL	TELEFONE
Rubens Russomano Ricciardi	FFCLRP-USP	COMUNICAÇÕES, ARTES E BIBLIOTECONOMIA.	rrrr@usp.br	(16)3602.3169 (16)9233-3029
Ricardo Tacuchian	Centro de Letras e Artes-UNI-RIO	COMUNICAÇÕES, ARTES E BIBLIOTECONOMIA.	rtacuchian@terra.com.br	(21)2295.4189 (21)2274.9687
Diósnio Machado Neto	FFCLRP-USP	COMUNICAÇÕES, ARTES E BIBLIOTECONOMIA.	dmneto@usp.br	(11)4339.3388
José Eduardo Gandra da Silva Martins	ECA-USP	COMUNICAÇÕES, ARTES E BIBLIOTECONOMIA.		(11)5041-7266 (11)3091.4137
Régis Duprat	ECA-USP	COMUNICAÇÕES, ARTES E BIBLIOTECONOMIA.	reduprat@usp.br	(11)5521.0034 (11)3091.4137
George Olivier Toni	ECA-USP	COMUNICAÇÕES, ARTES E BIBLIOTECONOMIA.		(11)5571.0120 (11)3091.4137
Mario Ficarelli	ECA-USP	COMUNICAÇÕES, ARTES E BIBLIOTECONOMIA.	marioficarelli@marioficarelli.com m.ficarelli@uol.com.br	(11)3722.1398 (11)3091.4137
Amilcar Zani Netto	ECA-USP	COMUNICAÇÕES, ARTES E BIBLIOTECONOMIA.	azani@terra.com.br	(11)37215827 (11)99087563
Marco Antonio da Silva Ramos	ECA-USP	COMUNICAÇÕES, ARTES E BIBLIOTECONOMIA.	masilvaramos@gmail.com	(11)30212883 (11)84550055
Mário Vieira de Carvalho	UNL (Portugal)	COMUNICAÇÕES, ARTES E BIBLIOTECONOMIA.	mvc@mail.telepac.pt	0021-35121- 4848034
Joel Luís da Silva Barbosa	Escola de Música-UFBA	COMUNICAÇÕES, ARTES E BIBLIOTECONOMIA.	barbosa@ufba.br	(71) 32837913 (71)32837906
Florivaldo Menezes Filho	Instituto de Artes- UNESP	COMUNICAÇÕES, ARTES E BIBLIOTECONOMIA.	flo@flomenezes.mus.br	(11)3393-8614
Carole Gubernikoff	Centro de Letras e Artes-UNI-RIO	COMUNICAÇÕES, ARTES E BIBLIOTECONOMIA.		(21) 25422554
Mauricio Alves Loureiro	Escola de Música-UFMG	COMUNICAÇÕES, ARTES E BIBLIOTECONOMIA.	mauricioloureiro@ufmg.br	(31) 34994717
Bernadete Zagonel	Departamento de Artes - UFPR	COMUNICAÇÕES, ARTES E BIBLIOTECONOMIA.	bzagonel@ufpr.br	(41) 32237266
Cristina Maria Pavan Capparelli Gerling	Instituto de Artes- UFRGS	COMUNICAÇÕES, ARTES E BIBLIOTECONOMIA.	cgerling@ufrgs.br	(51) 33084394
Glacy Antunes de Oliveira	Escola de Música e Artes Cênicas- UFG	COMUNICAÇÕES, ARTES E BIBLIOTECONOMIA.	glacy@musica.ufg.br	(62) 35211175
Maria Jose Chevitarese de Souza Lima	Escola de Música UFRJ	COMUNICAÇÕES, ARTES E BIBLIOTECONOMIA.	zezechevitarese@gmail.com	(21) 25324649

Departamento de Química

NOME	UNIDADE USP/ INSTITUIÇÃO DE ORIGEM	CAS ESCOLHIDA	E-MAIL	TELEFONES
Antonio Cláudio Tedesco	FFCLRP-USP	QUIMICA	atedesco@usp.br	16-3602-3751
Elia Tfouni	FFCLRP-USP	QUÍMICA	eltfouni@usp.br	16-3062-3748
Léo Degrevé	FFCLRP-USP	QUIMICA	leo@ffclrp.usp.br	16-3602-3688
Maurício Gomes Constantino	FFCLRP-USP	QUÍMICA	mgconsta@usp.br	16-3602-3747
Wagner Ferraresi De Giovanni	FFCLRP-USP	QUÍMICA	wfdgiova@usp.br	16-3602-3810
Yassuko Iamamoto	FFCLRP-USP	QUÍMICA	iamamoto@ffclrp.usp.br	16-302-3782
* Bruno Spinosa De Martinis	FFCLRP-USP	QUÍMICA	martinis@usp.br	16-3602-4424
* Maria Eugênia Queiroz Nassur	FFCLRP-USP	QUÍMICA	mariaeqn@ffclrp.usp.br	16-3602-4465
* Lilian Rothschild	IQ-USP	CIÊNCIAS DA TERRA	lrfdcav@iq.usp.br	11 3091-3837 ramais 228 e 229
Arnaldo Alves Cardoso	IQ-UNESP – Araraquara Professor Titular	CIÊNCIAS DA TERRA	acardoso@iq.unesp.br	16- 3301-9612
Sidney José Lima Ribeiro	IQ-UNESP – Araraquara Professor Titular	QUÍMICA	sidney@iq.unesp.br	16-3301-9631
Timothy John Brocksom	UFSCar Professor Titular	QUÍMICA	dtjb@ufscar.br	16-3351-8083
Alzir Azevedo Batista	UFSCar Professor Titular	QUÍMICA	daab@ufscar.br	16-3351- 8206
João Batista Fernandes	UFSCar Professor Titular	QUÍMICA	djbf@ufscar.br	16-3351- 8085
* Antonio Aparecido Mozeto	UFSCar Professor Associado 3	CIÊNCIAS DA TERRA	amozeto@dq.ufscar.br	16-3351- 8212
Célio Pasquini	UNICAMP Professor Titular	QUÍMICA	pasquini@iqm.unicamp.br	19 3521 3136
Yoshitaka Gushikem	UNICAMP Professor Titular	QUÍMICA	gushikem@iqm.unicamp.br	19 3521 3053
Lauro Tatsuo Kubota	UNICAMP Professor Titular	QUÍMICA	kubota@iqm.unicamp.br	19 3521 3127
Carlos Roque Duarte Correia	UNICAMP Professor Titular	QUÍMICA	roque@iqm.unicamp.br	19 3521 3086

*** somente para avaliação de professores doutores**

Aprovado pelo CD, na 309ª Reunião Extraordinária realizada em 02/02/2012

FFCLRP - USP

De: "FFCLRP - USP" <ffclrp@usp.br>
Data: sexta-feira, 3 de fevereiro de 2012 17:49
Assunto: Carreira Docente – indicação de assessores ad hoc
 Senhores Chefes de Departamentos,

completando as mensagens anteriores, encaminhamos a orientação recebida da Secretaria Geral da USP, disponível no link <http://www.ffclrp.usp.br/divulgacao/diretoria/ProgressaoCarreiraDoc/CircSG8.pdf>, quanto à indicação de professores adjuntos III e IV das Univerasidade Federais como assessores *ad hoc* para avaliar os professores doutores no Processo de Progressão de Nível na Carreira Docente.

Lembramos que as listas deverão ser encaminhadas a esta Diretoria (adm-diretoria@ffclrp.usp.br) até 13/2/2012, impreterivelmente, utilizando-se a tabela disponível no link <http://www.ffclrp.usp.br/divulgacao/diretoria/ProgressaoCarreiraDoc/TabelaPareceris>

Atenciosamente.

Denise Trujillo Morgon
 Secretária da Diretoria
 nºUSP 2487199 / SRTE 40209-SP

~~~~~  
 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP-DIRETORIA FFCLRP  
 Avenida dos Bandeirantes, 3900 - Bloco 1 - 14040-901 - Ribeirão Preto – SP  
 Fones: (16) 3602-3644 / 3602-3670 / 3602-4681 - VOIP (16) 3602-0646 - Fone/fax: (16) 3633-2660  
 E-mail: [adm-diretoria@ffclrp.usp.br](mailto:adm-diretoria@ffclrp.usp.br) / [ffclrp@usp.br](mailto:ffclrp@usp.br)  
 Homepage: <http://www.ffclrp.usp.br> - Portal: <http://portal.ffclrp.usp.br>  
 Twitter: [www.twitter.com/ffclrp](http://www.twitter.com/ffclrp)  
 ~~~~~

From: FFCLRP - USP
Sent: Monday, January 30, 2012 9:47 AM
Subject: Fw: Carreira Docente – indicação de assessores ad hoc

Senhores Chefes de Departamentos,

completando a mensagem anterior, encaminhamos alguns "**Esclarecimentos da CCAD aos questionamentos efetuados pela comunidade acerca dos procedimentos avaliatórios**": <http://www.usp.br/sg/questionamentos.pdf>, que foram disponibilizados na página da Secretaria Geral da USP.

Lembramos que as listas deverão ser encaminhadas a esta Diretoria (adm-diretoria@ffclrp.usp.br) até 13/2/2012, impreterivelmente, utilizando-se a tabela disponível no link <http://www.ffclrp.usp.br/divulgacao/diretoria/ProgressaoCarreiraDoc/TabelaPareceris>

Atenciosamente

Denise Trujillo Morgon
 Secretária da Diretoria
 nºUSP 2487199 / SRTE 40209-SP

~~~~~  
 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP-DIRETORIA FFCLRP  
 Avenida dos Bandeirantes, 3900 - Bloco 1 - 14040-901 - Ribeirão Preto – SP  
 Fones: (16) 3602-3644 / 3602-3670 / 3602-4681 - VOIP (16) 3602-0646 - Fone/fax: (16) 3633-2660  
 E-mail: [adm-diretoria@ffclrp.usp.br](mailto:adm-diretoria@ffclrp.usp.br) / [ffclrp@usp.br](mailto:ffclrp@usp.br)  
 Homepage: <http://www.ffclrp.usp.br> - Portal: <http://portal.ffclrp.usp.br>  
 Twitter: [www.twitter.com/ffclrp](http://www.twitter.com/ffclrp)  
 ~~~~~

From: [Diretoria FFCLRP USP](#)

Sent: Thursday, January 05, 2012 3:34 PM

Subject: Carreira Docente – indicação de assessores ad hoc

Senhores Chefes de Departamentos,

De ordem do sr. Diretor, solicitamos aos srs. o encaminhamento de listas de nomes de professores que poderiam vir a emitir pareceres *ad hoc* para a avaliação da progressão da carreira docente, nos termos da Resolução nº 5927/2011 (<http://www.usp.br/leginf/resol/r5927m.htm>) .

As listas, contemplando especialistas das diferentes áreas que compõem as CAS (listagem disponível no link <http://www.usp.br/sg/CAS%20site.pdf>), tanto na USP como externos a ela, devem ser aprovadas pelas Congregações das Unidades.

A pedido da Secretaria Geral da USP ressaltamos que, de acordo com os termos da norma citada, art.8, § 1º, cada processo de avaliação deverá ser levado a cabo por um parecerista da Unidade e dois externos. Assim, há a necessidade da indicação de mais pareceristas de fora da Unidade, que poderão, também, ser externos à USP.

As listas deverão ser encaminhadas a esta Diretoria (adm-diretoria@ffclrp.usp.br) até 13/2/2012, impreterivelmente, utilizando-se a tabela disponível no link <http://www.ffclrp.usp.br/divulgacao/diretoria/ProgressaoCarreiraDoc/TabelaPareceristas.doc> .

A lista com os inscritos nesta FFCLRP está disponibilizada no link <http://www.ffclrp.usp.br/divulgacao/diretoria/ProgressaoCarreiraDoc/InscritosOut2011Depto.pdf>

Atenciosamente,

Denise Trujillo Morgon
Secretária da Diretoria
nºUSP 2487199 / SRTE 40209-SP

~~~~~  
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP-DIRETORIA FFCLRP  
Avenida dos Bandeirantes, 3900 - Bloco 1 - 14040-901 - Ribeirão Preto – SP  
Fones: (16) 3602-3644 / 3602-3670 / 3602-4681 - VOIP (16) 3602-0646 - Fone/fax: (16) 3633-2660  
E-mail: [adm-diretoria@ffclrp.usp.br](mailto:adm-diretoria@ffclrp.usp.br) / [ffclrp@usp.br](mailto:ffclrp@usp.br)  
Homepage: <http://www.ffclrp.usp.br> - Portal: <http://portal.ffclrp.usp.br>  
Twitter: [www.twitter.com/ffclrp](http://www.twitter.com/ffclrp)  
~~~~~

_____ Informa□□o do NOD32 IMON 6815 (20120121) _____

Esta mensagem foi verificada pelo NOD32 sistema antiv□rus
<http://www.eset.com.br>

RESOLUÇÃO Nº 5927, DE 08 DE JULHO DE 2011
(D.O.E. - 09.07.2011)

(Alterada pela Resolução 5934/2011)

(Esta é uma versão CONSOLIDADA. Para ver a versão original clique [aqui](#))

Dispõe sobre a regulamentação do processo de avaliação previsto no art. 76, §5º, do Estatuto da Universidade de São Paulo.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessões realizadas em 28 de junho e 5 de julho de 2011, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

I - Da Comissão Central e das Comissões de Avaliação Setorial

Artigo 1º - Ficam instituídas no âmbito da Universidade de São Paulo a Comissão Central de Avaliação para Progressão de Nível na Carreira Docente (CCAD) e as Comissões de Avaliação Setorial (CAS), que terão a incumbência de sistematizar e aplicar as normas do processo de avaliação para a progressão dos docentes para os níveis de Professor Doutor 2 e Professor Associado 2 e 3, na forma dos artigos 76 e 78 do Estatuto.

Artigo 2º - A Comissão Central será composta por nove membros, pertencentes aos quadros da USP, eleitos pelo Conselho Universitário, com a seguinte distribuição:

I - três membros das Ciências Exatas e Tecnológicas;

II - três membros das Ciências Biológicas e da Saúde;

III - três membros das Humanidades e Sociais.

§ 1º - Os membros da Comissão Central terão mandato de três anos, renovados anualmente pelo terço, dentro de cada inciso, permitida uma recondução.

§ 2º - Os membros da CCAD deverão ser Professores Titulares ou Professores Associados 3.

§ 3º - As Congregações das Unidades ou Conselhos Deliberativos dos Museus e Institutos Especializados elaborarão listas tripliques e as encaminharão ao Conselho Universitário, anualmente, para que se proceda a eleição.

Artigo 3º - As Comissões de Avaliação Setorial serão compostas por docentes da Universidade de São Paulo, Professores Titulares ou Professores Associados 3, eleitos pela CCAD, a partir de listas tripliques elaboradas pelas Congregações das Unidades ou Conselhos Deliberativos dos Museus e Institutos Especializados.

§1º - O número de membros de cada CAS, considerada a abrangência e o número de cursos oferecidos pela USP relativos à sua área de atuação, será definido pela CCAD, entre um mínimo de 5 e um máximo de 11 docentes, sempre em número

ímpar.

§2º - Cada Comissão só poderá contar com, no máximo, metade de seus membros provenientes de uma mesma Unidade, Museu ou Instituto Especializado.

§ 3º - Os membros das CAS terão mandato de dois anos, permitida uma recondução.

II - Das atribuições das Comissões

Artigo 4º - Compete à Comissão Central de Avaliação (CCAD):

I - aprovar os critérios e elementos de avaliação propostos pelas Comissões de Avaliação Setorial, bem como seus respectivos pesos, válidos para cada uma das áreas, zelando para que as CAS considerem equilibradamente e de forma integrada as atividades de ensino de graduação e pós-graduação, de pesquisa, de cultura e extensão universitária e de gestão acadêmica;

II - deliberar sobre a criação, extinção ou modificação das Comissões de Avaliação Setorial, com o objetivo de atender as características próprias de cada área de conhecimento;

III - indicar, nos termos do art 3º, os membros das Comissões de Avaliação Setorial, que terão mandato de dois anos, permitidas reconduções;

IV - deferir as inscrições dos interessados;

V - homologar os pareceres conclusivos das Comissões de Avaliação Setorial;

VI - decidir, em última instância, sobre os pedidos de reconsideração, ouvida a Congregação da Unidade ou o Conselho Deliberativo do Museu ou Instituto Especializado em que esteja lotado o interessado.

Artigo 5º - Compete às Comissões de Avaliação Setorial:

I - sistematizar, a partir de propostas oriundas das Congregações das Unidades ou Conselhos Deliberativos dos Museus e Institutos Especializados, os critérios e elementos de avaliação a serem adotados na sua área, bem como seus respectivos pesos, submetendo-os à aprovação da CCAD;

II - designar, entre seus membros, um relator para cada solicitação submetida à CAS;

III - indicar os assessores ad hoc para emissão de parecer circunstanciado sobre as atividades do candidato, escolhidos dentre especialistas da área indicada, retirados de listas encaminhadas pelas Congregações das Unidades ou Conselhos Deliberativos dos Museus e Institutos Especializados;

IV - designar, se julgar necessário, mediante decisão da maioria absoluta de seus membros, novos assessores ad hoc, nos termos do inciso anterior;

V - emitir, de forma circunstanciada, o parecer conclusivo sobre a solicitação de progressão do candidato.

III - Do Processo de Avaliação

Artigo 6º - As inscrições para progressão para os níveis de Professor Doutor 2 e Professor Associado 2 e 3 serão abertas duas vezes ao ano, em março e agosto.

Parágrafo único - O candidato que tiver seu pedido de progressão recusado em uma sessão somente poderá reapresentá-lo no ano seguinte.

Artigo 7º - Para a progressão prevista no art 76, § 3º, do Estatuto, são requisitos:

I - ser Professor Doutor 1 para postular a progressão para o nível de Professor Doutor 2;

II - ser Professor Associado 1 para postular a progressão para o nível de Professor Associado 2;

III - ser Professor Associado 2 para postular a progressão para o nível de Professor Associado 3;

IV - apresentar requerimento de inscrição, por intermédio da Diretoria da Unidade, com a ciência do Chefe do Departamento ou equivalente, indicando a Comissão de Avaliação Setorial que deverá examinar seu memorial e a área de especialidade que deverá ser considerada na escolha dos assessores *ad hoc*;

V - anexar ao requerimento memorial circunstanciado, em uma via impressa e em formato eletrônico, que demonstre a existência de atividades acadêmicas, destacando aquelas posteriores à última progressão de nível ou enquadramento em categoria docente superior, observado o interstício preferencial de cinco anos.

Parágrafo único - Sendo direito do docente pleitear a progressão, não podem a chefia do Departamento ou a Diretoria da Unidade, Museu ou Instituto Especializado deixar de encaminhar seu pedido à CCAD.

Artigo 8º - A CAS providenciará a indicação de assessores *ad hoc* para cada candidato inscrito, procedendo à competente publicação no Diário Oficial do Estado.

§ 1º - Para cada candidato, serão indicados para emissão de parecer três assessores *ad hoc*, sendo um pertencente à própria Unidade, Museu ou Instituto Especializado do docente e dois externos à Unidade, Museu ou Instituto Especializado, podendo ser convidados pareceristas externos à USP, desde que se comprometam a emitir seu parecer no prazo mencionado no art 9º.

§ 2º - O processo de avaliação deverá ser concluído no prazo máximo de 120 dias, a contar da data de publicação do deferimento de inscrição no Diário Oficial do Estado.

Artigo 9º - Os assessores terão 30 dias para emissão do parecer, podendo requisitar à CAS, dentro deste prazo, documentos comprobatórios das atividades relacionadas no memorial.

Artigo 10 - Recebidos os pareceres dos assessores, a CAS designará um relator para emitir um parecer conclusivo recomendando ou não a progressão de nível solicitada.

Artigo 11 - O parecer conclusivo, que fará referência aos pareceres *ad hoc* mesmo que não os siga, deverá ser aprovado pela maioria dos membros da CAS e, posteriormente, encaminhado para homologação da CCAD.

Artigo 12 - Uma vez homologado pela CCAD, o parecer conclusivo será dado ao conhecimento do candidato, ficando assegurado o direito de solicitar reconsideração da decisão, no prazo máximo de 60 dias.

§ 1º - Os pedidos de reconsideração serão analisados pela CCAD, consultada a CAS pertinente, no prazo máximo de 45 dias.

§ 2º - O julgamento da reconsideração deverá passar por pareceristas *ad hoc* e relatores diferentes dos que atuaram no primeiro julgamento.

IV - Da Avaliação

Artigo 13 - A avaliação para a progressão de nível na carreira docente se dará por meio de análise qualitativa de memorial circunstanciado.

§ 1º - A avaliação, baseada em memorial, levará em conta as especificidades de cada área, considerando:

I - qualidade de pesquisa e de produção artística;

II - qualidade na docência (graduação e pós-graduação);

III - orientação de trabalhos (graduação e pós-graduação);

IV - atividades de extensão;

V - atuação significativa na política científica ou em funções universitárias de gestão, inclusive as voltadas diretamente à pesquisa, extensão, cultura e/ou docência.

§ 2º - Os critérios e elementos de avaliação a serem adotados em cada área devem priorizar a qualidade do conjunto das atividades do docente. Indicadores quantitativos podem ser instrumentos de avaliação da qualidade e não o contrário.

§ 3º - Para o nível de Professor Associado 3, exigir-se-á excelência na pesquisa, além de demais critérios.

§ 4º - Cada CAS elaborará um documento com os critérios para as áreas que por ela serão avaliadas, submetendo-o depois à aprovação da CCAD.

V - Disposições Gerais

Artigo 14 - Os salários do Professor Doutor 1 e Professor Associado 1 serão iguais, respectivamente, aos atuais salários de Professor Doutor e Professor Associado.

Artigo 15 - A progressão na carreira docente resulta em acréscimo salarial nos seguintes valores percentuais:

~~I - o Professor Doutor 2 terá acréscimo de 9% em relação ao salário do Professor Doutor 1;~~

~~II - o Professor Associado 2 terá acréscimo de 6% em relação ao salário do Professor Associado 1;~~

~~III - o Professor Associado 3 terá acréscimo de 12% em relação ao Professor Associado 1;~~

Artigo 15 - A progressão na carreira docente resulta em acréscimo salarial, observados os respectivos parâmetros da Resolução CRUESP nº 10, de 21 de dezembro de 2010. (alterado pela Resolução nº 5934/2011)

Artigo 16 - Anualmente, a COP incluirá na proposta orçamentária dotação destinada ao atendimento das despesas com a progressão na carreira docente.

VI – Disposições Transitórias

Artigo 17 - Nas duas primeiras avaliações, poderá a CCAD aprovar a progressão de Professor Associado I para o nível de Professor Associado 3, sob a condição de que demonstrem excelência que os capacite a tal ascensão na carreira.

Artigo 18 - Na primeira eleição, a CCAD deverá definir entre seus membros quais terão mandato de um, dois e três anos, em cada grande área do conhecimento. Não havendo acordo, a definição se dará por sorteio.

Artigo 19 - Na primeira eleição, as CAS deverão definir entre seus membros quais terão mandato de um e dois anos. Não havendo acordo, a definição se dará por sorteio.

Artigo 20 - A definição inicial das Áreas Temáticas deve ser feita pela CCAD, ouvidas as Unidades, Museus ou Institutos Especializados.

Artigo 21 - O processo de avaliação de progressão na carreira docente, constante desta resolução, deverá ser reavaliado pelo Conselho Universitário em 2 anos.

Artigo 22 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Reitoria da Universidade de São Paulo, 08 de julho de 2011.

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral

RESOLUÇÃO Nº 5934, DE 26 DE JULHO DE 2011.
(D.O.E. - 27.07.2011)

Altera dispositivo da Resolução nº 5927/2011, que dispõe sobre a regulamentação do processo de avaliação previsto no art 76, §5º, do Estatuto da Universidade de São Paulo.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art 42, IX, do Estatuto e tendo em vista o deliberado pelo Presidente da Comissão de Orçamento e Patrimônio “*ad referendum*” do Colegiado, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - O art 15 da Resolução nº 5927, de 08 de julho de 2011, passa a ter a seguinte redação:

“Art 15 - A progressão na carreira docente resulta em acréscimo salarial, observados os respectivos parâmetros da Resolução CRUESP nº 10, de 21 de dezembro de 2010.” (NR)

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário. (Proc. 10.1.25144.1.6)

Reitoria da Universidade de São Paulo, 26 de julho de 2011.

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral



São Paulo, 3 de janeiro de 2012.

Secretaria Geral

Circ. SG/2
RB/ras

Senhor(a) Diretor(a),

Solicito a V. Exa. o encaminhamento de listas de nomes de professores que poderiam vir a emitir pareceres *ad hoc* para a avaliação da progressão da carreira docente, nos termos da Resolução n. 5927/2011.

As listas, contemplando especialistas das diferentes áreas que compõem as CAS (lista anexa), tanto da USP como externos a ela, devem ser aprovadas pelas Congregações das Unidades ou pelos Conselhos Deliberativos dos Museus e Institutos Especializados.

Realço que, de acordo com os termos da norma citada, art. 8º, § 1º, cada processo de avaliação deverá ser levado a cabo por um parecerista da Unidade, Museu ou Instituto Especializado e dois externos. Assim, há a necessidade da indicação de mais pareceristas de fora de V. Unidade, Museu ou Instituto Especializado, que poderão, também, ser externos à USP.

As listas devem ser encaminhadas até o dia 15.02.2012, utilizando-se tabela, também em anexo.

Colocando-me à V. inteira disposição, reitero meus protestos de consideração e apreço.

atenciosamente,

Assinatura manuscrita em tinta preta, com o nome 'Rubens Beçak' estilizado.

Rubens Beçak
Secretário Geral

**MEMBROS DA COMISSÃO CENTRAL DE AVALIAÇÃO PARA PROGRESSÃO DE
NÍVEL NA CARREIRA DOCENTE - CCAD**

BIOLÓGICAS

Prof. Dr. LUIZ ROBERTO GIORGETTI DE BRITTO (ICB)

Profª Drª SUELY VILELA (FCFRP)

Prof. Dr. WELINGTON BRAZ CARVALHO DELITTI (IB)

EXATAS

Prof. Dr. FERNANDO REI ORNELLAS (IQ)

Prof. Dr. FLÁVIO ULHOA COELHO (IME)

Prof. Dr. LUIZ NUNES DE OLIVEIRA (IFSC)

HUMANIDADES

Profª Drª EMMA OTTA (IP)

Profª Drª MARIA ANGELA FAGGIN PEREIRA LEITE (FAU)

Profª Drª SANDRA MARGARIDA NITRINI (FFLCH)

MEMBROS DAS COMISSÕES DE AVALIAÇÃO SETORIAL - CAS

COMISSÕES DE AVALIAÇÃO SETORIAL - BIOLÓGICAS

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I

1. **Coordenador** - José Rubens Pirani (IB)
2. **Vice-Coordenador** - João Atilio Jorge (FFCLRP)
3. Beatriz Appezzato-da-Glória (ESALQ)
4. Jean Paul Walter Metzger (IB)
5. José Antonio Frizzzone (ESALQ)
6. José E. P. Wilken Bicudo (IB)
7. Marcos Vinicius Folegati (ESALQ)
8. Maria Lucia Carneiro Vieira (ESALQ)
9. Marie-Anne Van Sluys (IB)
10. Ricardo Macedo Corrêa e Castro (FFCLRP)
11. Ricardo Ribeiro Rodrigues (ESALQ)

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II

1. **Coordenador** - Newton Sabino Canteras (ICB)
2. **Vice-Coordenador** - Vera Lucia Garcia Calich (ICB)
3. Angela Kaysel Cruz (FMRP)
4. José Antunes Rodrigues (FMRP)
5. Maria Cristina Roque Barreira (FMRP)
6. Pio Colepicolo Neto (IQ)
7. Walter Ribeiro Terra (IQ)

CIÊNCIAS DA SAÚDE

MEDICINA

1. **Coordenador** - Geraldo Duarte (FMRP)
2. Ana Claudia Latrônico Xavier (FM)
3. Irene Noronha (FM)
4. Luiz E. de Almeida Troncon (FMRP)
5. Margaret de Castro (FMRP)
6. Maria Rita Passos Bueno (IB)
7. Umbertina Conti Reed (FM)

ENFERMAGEM E SAÚDE PÚBLICA

1. **Coordenador** - Maria das Graças Bonfim de Carvalho (EERP)
2. **Vice-Coordenador** - José Leopoldo Ferreira Antunes (FSP)
3. Kazuko Uchikawa Graziano (EE)
4. Margarita Antonia Villar Luis (EERP)
5. Neia Schor (FSP)
6. Paulina Kurcgant (EE)
7. Tereza Lamano (FORP)

ODONTOLOGIA

1. **Coordenador** - Dalva Cruz Laganá (FO)
2. **Vice-Coordenador** - Eduardo Batista Franco (FOB)
3. Euclides Ayres Castilho (FM)
4. Giulio Gavini (FO)
5. Helena de Freitas Oliveira Paranhos (FORP)
6. Marília Afonso Rabelo Buzalaf (FOB)
7. Osvaldo Luiz Bezzon (FORP)

EDUCAÇÃO FÍSICA, FONOAUDIOLOGIA, FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

1. **Coordenador** - Maria Inês Pegoraro-Krook (FOB)
2. **Vice-Coordenador** - Go Tani (EEFE)
3. Antonio Carlos Simões (EEFE)
4. Claudia R. Furquim de Andrade (FM)
5. José Fernando C. Henriques (FOB)
6. Mariza Ribeiro Feniman (FOB)
7. Valdir José Barbanti (EEFERP)

FARMÁCIA

1. **Coordenador** - Vera Lucia Lanchote (FCFRP)
2. **Vice-Coordenador** - Primavera Borelli (FCF)
3. Augusto C. C. Spadaro (FCFRP)
4. Elfriede Marianne Bachi (FCF)
5. Fernando Salvador Moreno (FCF)
6. Ivone Carvalho (FCFRP)
7. Maria Helena Palucci Marziale (EERP)

CIÊNCIAS AGRÁRIAS

AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA

1. **Coordenador** - José Roberto Postali Parra (ESALQ)
2. **Vice-Coordenador** - Angelo João Stopiglia (FMVZ)
3. Álvaro Pires da Silva (ESALQ)
4. Helenice de Souza Spinosa (FMVZ)
5. José Antonio Visintin (FMVZ)
6. Keigo Minami (ESALQ)
7. Leonardo José Richtzenhain (FMVZ)
8. Lilian Amorim (ESALQ)
9. Miguel Trefault (IB)
10. Paulo Kageyama (ESALQ)
11. Ricardo de Albuquerque (FMVZ)

ZOOTECNIA E CIÊNCIA DOS ALIMENTOS

1. **Coordenador** - José Bento Sterman Ferraz (FZEA)
2. Adalberto Pessoa Jr (FCF)
3. Bernadette Dora Gombossy de Melo Franco (FCF)
4. Jocelyn Mastrodi Salgado (ESALQ)
5. Luiz Antonio Gioielli (FCF)
6. Marcus Antonio Zanetti (FZEA)
7. Marília Oetterer (ESALQ)
8. Raul Machado Neto (ESALQ)
9. Valdomiro Shigueru Miyada (ESALQ)

COMISSÕES DE AVALIAÇÃO SETORIAL - EXATAS

FÍSICA

1. **Coordenador** - Tito José Bonagamba (IFSC)
2. **Vice-Coordenador** - Walter Junqueira Maciel (IAG)
3. Jacques Lepine (IAG)
4. Oswaldo Baffa Filho (FFCLRP)
5. Ricardo Osório Magnus Galvão (IF)

QUÍMICA

1. **Coordenador** - Luiz Henrique Catalani (IQ)
2. **Vice-Coordenador** - Edson Antonio Ticianelli (IQSC)
3. Elias Ayres Guidetti Zagatto (CENA)
4. Francisco de Assis Leone (FFCLRP)
5. Frank Herbert Quina (IQ)

MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA

1. **Coordenador** - Alexandre Nolasco de Carvalho (ICMC)
2. **Vice-Coordenador** - Eduardo Alex Hernandez Morales (FFCLRP)
3. Clarice Garcia Borges Demétrio (ESALQ)
4. Gilberto Alvarenga Paula (IME)
5. José Alberto Cuminato (ICMC)

COMPUTAÇÃO

1. **Coordenador** - Maria Cristina Ferreira de Oliveira (ICMC)
2. **Vice-Coordenador** - Carlos Eduardo Ferreira (IME)
3. Caetano Traina Jr (ICMC)
4. Junior Barrera (IME)
5. Selma Shin Shimitzu Melnikoff (EP)

CIÊNCIAS DA TERRA

1. **Coordenador** - Marcia Ernesto (IAG)
2. **Vice-Coordenador** - Romulo Machado (IGc)
3. Edmo José Dias Campos (IO)
4. Marcelo Sousa de Assumpção (IAG)
5. Paulo Eduardo Artaxo Neto (IF)

ENGENHARIA I (CIVIL, AMBIENTAL, SANITÁRIA E TRANSPORTES)

1. **Coordenador** - Carlos Eduardo Nigro Mazzilli (EP)
2. Eugenio Foresti (EESC)
3. Francisco Rocco Lahr (EESC)
4. Holmer Savastano Junior (FZEA)
5. Orlando Strambi (EP)

ENGENHARIA II (MINAS, MATERIAIS E METALURGIA, QUÍMICA E NUCLEAR)

1. **Coordenador** - Reinaldo Giudici (EP)
2. Claudio Augusto Oller do Nascimento (EP)
3. Paulo Sergio Varoto (EESC)
4. Reynaldo Luiz Victória (CENA)
5. Siu Mui Tsai (CENA)

ENGENHARIA III (MECÂNICA, PRODUÇÃO, NAVAL E OCEÂNICA E AEROSPACIAL)

1. **Coordenador** - Celso Pupo Pesce (EP)
2. **Vice-Coordenador** - Eduardo Morgado Belo (EESC)
3. Eduardo Vila Gonçalves Filho (EESC)
4. Joanir Pereira Eler (FZEA)
5. Paulo Eigi Miyagi (EP)

ENGENHARIA IV (ELÉTRICA E BIOMÉDICAS)

1. **Coordenador** - José Roberto Castilho Piqueira (EP)
2. **Vice-Coordenador** - Ruy Alberto Correa Altafim (EESC)
3. Antonio Mauro Saraiva (EP)
4. Denis Vinicius Coury (EESC)
5. Ildo Luís Sauer (IEE)

ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

1. **Coordenador** - Sergio Antonio Vanin (IB)
2. Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno (FE)
3. Eduardo do Nascimento Marcos (IME)
4. Ivano Gebhardt Rolf Gutz (IQ)
5. Osvaldo Antonio Serra (FFCLRP)

COMISSÕES DE AVALIAÇÃO SETORIAL - HUMANIDADES

ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA

1. **Coordenador** - Carlos Roberto Azzoni (FEA)
2. **Vice-Coordenador** - Reynaldo Fernandes (FEARP)
3. Dante Pinheiro Martinelli (FEARP)
4. Fabio Frezatti (FEA)
5. Julio Michael Stern (IME)
6. Maisa de Souza Ribeiro (FEARP)
7. Nicolau Reinhard (FEA)

ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN

1. **Coordenador** - Silvio Soares Macedo (FAU)
2. **Vice-Coordenador** - Eduvaldo Paulo Sicheri (IAU)
3. Carlos Alberto Ferreira Martins (IAU)
4. Guilherme Ari Plonski (FEA, POLI)
5. Maria Cecília França Lourenço (FAU)
6. Renato Luiz Sobral Anelli (IAU)
7. Sheila Walbe Ornstein (FAU)

COMUNICAÇÃO, ARTES E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

1. **Coordenador** - Rubens Russomano Ricciardi (FFCLRP)
2. **Vice-Coordenador** - Maria Cristina de Oliveira Bruno (MAE)
3. Ismar de Oliveira Soares (ECA)
4. Pedro Roberto Jacobi (FE)
5. Waldomiro de C. S. Vergueiro (ECA)

ARQUEOLOGIA, ETNOLOGIA E MUSEOLOGIA

1. **Coordenador** - Cecília Helena L. de S. Oliveira (MP)
2. **Vice-Coordenador** - Maria Beatriz Borba Florenzano (MAE)
3. Carlos Roberto Ferreira Brandão (MZ)
4. Domingos Tadeu Chiarelli (ECA-MAC)
5. Elias Thomé Saliba (FFLCH)
6. José Luiz de Moraes (MAE)
7. Martín Grossman (ECA)

FILOSOFIA, GEOGRAFIA, HISTÓRIA, CIÊNCIAS SOCIAIS, DIREITO, ESTUDOS BRASILEIROS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. **Coordenador** - Modesto Florenzano (FFLCH, IRI)
2. **Vice-Coordenador** - Álvaro de Vita (FFLCH)
3. Antonio C. Robert Moraes (FFLCH)
4. Celso de Rui Beisiegel (FE)
5. Luiz Gonzaga de Godói Trigo (EACH)
6. Maria Cecília Loschiavo dos Santos (FAU)
7. Maria Hermínia Brandão Tavares de Almeida (IRI)
8. Odete Medauar (FD)
9. Paula Montero (FFLCH)
10. Ulisses Ferreira de Araujo (EACH)
11. Ulpiano T. B. de Menezes (FFLCH)

LETRAS E LINGÜÍSTICA

1. **Coordenador** - João Roberto Gomes de Faria (FFLCH)
2. **Vice-Coordenador** - Adilson Odair Citelli (ECA)
3. Esmeralda Vailati Negrão (FFLCH)
4. Gilberto dos Santos Prado (ECA)
5. Margarida Maria Krohling Kunsch (ECA)
6. Myriam Krasilchik (FE)
7. Sandra Guardini T. Vasconcelos (FFLCH)

PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

1. **Coordenador** - Selma Garrido Pimenta (FE)
2. **Vice-Coordenador** - José Lino de Oliveira Bueno (FFCLRP)
3. Anna Maria Pessoa de Carvalho (FE)
4. Leny Sato (IP)
5. Manoel Oriosvaldo de Moura (FE)
6. Sebastião de S. Almeida (FFCLRP)
7. Sedi Hirano (FFLCH)



Secretaria Geral

São Paulo, 31 de janeiro de 2012.

Circ. SG/8
RB/efm

Senhor(a) Diretor(a)

Esclarecemos que os professores adjuntos níveis III e IV das Universidades Federais poderão ser indicados como assessores *ad hoc* para avaliar os professores doutores no Processo de Progressão de Nível na Carreira Docente.

Caso a sua Unidade queira indicar professores adjuntos para avaliar também professores associados, os nomes deverão ser submetidos à aprovação, por 2/3 dos membros da Congregação, como especialistas de reconhecido saber, assim como é feito para constituição de bancas de Livre Docência (artigo 190, §2º do Regimento Geral).

Colocando-me à V. inteira disposição, reitero os protestos de estima e consideração.

atenciosamente

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma letra inicial 'R' estilizada e o sobrenome 'Beçak' claramente legível.

Rubens Beçak
Secretário Geral

Dúvidas

1. As Unidades, Museus e Institutos Especializados devem fazer indicações para as CAS em que seus professores serão avaliados? Podem indicar assessores para mais de uma CAS?

As Unidades, Museus e Institutos Especializados podem fazer indicação de assessores *ad hoc* para todas as CAS de sua área de atuação. Devem indicar o maior número possível de assessores.

2. Um docente pode ser indicado como assessor *ad hoc* para mais de uma CAS?

Sim.

3. Não tem limite?

O limite é a área de atuação.

4. Os assessores *ad hoc* internos terão que ser titulares ou associados?

São professores titulares. Na ausência destes, professores associados poderão avaliar doutores.

5. Podem ser indicados professores associados recém titulados, como assessores *ad hoc*?

Na ausência dos titulares supra citados, podem ser indicados professores associados para a avaliação de doutores, inclusive recém titulados.

6. Chefe de Departamento pode ser indicado como assessor?

Sim

7. Um professor que esteja participando do processo de progressão na carreira poderá ser indicado também como assessor?

Não. As excepcionalidades serão avaliadas pela CCAD.

8. Os nomes dos assessores externos deverão ser retirados da lista encaminhada (Membros CAS)?

Os membros das CAS e da CCAD não poderão ser indicados como assessores.

9. A CAS poderá exigir um interstício mínimo de cinco anos desde a última progressão (horizontal ou vertical)? Avaliar os últimos cinco anos ou só promover após cinco anos na função. Como uniformizar a questão dos cinco anos para todas as CAS?

De acordo com a Resolução 5927/2011, art. 7º, § V, "anexar ao requerimento memorial circunstanciado, em uma via impressa e em formato eletrônico, que demonstre a existência de atividades acadêmicas, destacando aquelas posteriores à última progressão de nível ou enquadramento em categoria docente superior, observado o interstício preferencial de cinco anos." As CAS não podem, portanto, exigir o interstício, mas devem fazer a avaliação a partir da última promoção.

10. Como funciona a questão do recurso? Qual será a efetiva participação da CAS em um pedido de reconsideração da avaliação?

Vide o art. 12, da Resolução 5927/2011:

"Artigo 12 - Uma vez homologado pela CCAD, o parecer conclusivo será dado ao conhecimento do candidato, ficando assegurado o direito de solicitar reconsideração da decisão, no prazo máximo de 60 dias.

§1º - Os pedidos de reconsideração serão analisados pela CCAD, consultada a CAS pertinente, no prazo máximo de 45 dias.

§2º - O julgamento da reconsideração deverá passar por assessores *ad hoc* e relatores diferentes dos que atuaram no primeiro julgamento."

11. Como fica a avaliação de março?

A CCAD, considerando os trabalhos em andamento desta 1ª avaliação, entendeu por bem iniciar o 2º processo de progressão em agosto.

12. Podem ser só dois assessores e um terceiro apenas em caso de empate?

Não. O art. 8º, § 1º especifica que são três assessores para cada processo.

13. Todos os assessores podem ser de fora, por exemplo, dois da USP, mas de outra Unidade, e um fora da USP?

Não. O art. 8º, § 1º determina: "para cada candidato, serão indicados para emissão de parecer três assessores *ad hoc*, sendo um pertencente à própria Unidade, Museu ou Instituto Especializado do docente e dois externos à Unidade, Museu ou Instituto Especializado, podendo ser convidados pareceristas externos à USP, desde que se comprometam a emitir seu parecer no prazo mencionado no art 9º."

14. Listas de assessores *ad hoc* virão dos Departamentos e vão para os Colegiados? Não pode ficar uma lista conflituosa?

Compete às Congregações e aos Conselhos Deliberativos a elaboração das listas. Casos excepcionais serão avaliados pela CCAD.

15. Os avaliadores serão conhecidos de todos?

Sim, pois serão publicados no Diário Oficial, conforme art. 8º, § 1º.

16. Ao publicar no DOE os nomes dos assessores *ad hoc*, ou seja, sob condição de não sigilo, será que alguns assessores podem não querer participar do processo?

As CAS convidarão os assessores relacionados aos candidatos, dando-lhes conhecimento da resolução que normatiza o processo de avaliação e explicitando os termos da sua participação, como remuneração, quantidade de pareceres necessários e questionando-os sobre eventuais conflitos de interesses. A decisão caberá a cada docente convidado para participar como assessor *ad hoc*. Caso não concorde, a Comissão poderá recorrer a outras indicações.

17. Os relatórios serão publicados?

Não, somente o resultado. Observe-se, entretanto, que os processos são públicos.

18. Considerando-se que as decisões da CAS produzirão impacto no orçamento da USP, quem estabelecerá os limites entre atendimento e não-atendimento às solicitações: a CCAD ou a própria CAS?

Não há restrição orçamentária.

19. Gostaríamos de ter a informação do número de processos que nos serão enviados.

A Secretaria Geral está realizando a listagem dos processos e irá enviá-la às CAS assim que estiver completa. Até meados de fevereiro teremos as listagens para cada CAS.

20. Unidade em que a CAS vai ficar sediada

O Coordenador deve informar à CCAD quem é o funcionário responsável pelo processo e em que Unidade a CAS está realizando seus trabalhos. Fica a critério do Coordenador decidir o melhor lugar para instalação da infraestrutura da CAS sob sua responsabilidade.

21. Opção do docente por uma CAS para avaliação

O candidato deve ser avaliado na área que escolheu e não na área da Unidade, Museu ou Instituto Especializado à qual está vinculado.

22. A Secretaria Geral disporá de suporte para secretariar os CAS: diretamente, com pagamento de hora-extra ou outra modalidade de pagamento?

Estamos aguardando manifestação das Unidades que poderão disponibilizar funcionários e salas para os trabalhos das CAS, apesar de algumas já estarem instaladas. Não haverá renumeração para estes funcionários.

Inscritos para Progressão Carreira docente outubro / 2011

Biologia

	Nome	Carreira atual	Inscrito para	Área
1.	Carlos Alberto Martinez Y Huaman	Associado 1	Associado 2	Fisiologia Vegetal
2.	Dalton de Souza Amorim	Associado 1	Associado 3	Zoologia de Invertebrados
3.	Maria de Lourdes Teixeira de Moraes Polizeli	Associado 1	Associado 3	Ciências Biológicas – Microbiologia Aplicada / Bioquímica de microrganismos
4.	Maria Helena de Souza Goldman	Associado 1	Associado 3	Biológicas
5.	Wagner Ferreira dos Santos	Associado 1	Associado 3	Ciências Biológicas / Bioquímica / Farmacologia / Neurociências / Toxicologia / Neuroetologia
6.	Adriano Garcia Chiarello	Doutor 1	Doutor 2	Zoologia, Ecologia e Conservação de Mamíferos
7.	Luis Henrique Souza Guimarães	Doutor 1	Doutor 2	Microbiologia Aplicada
8.	Marcelo Tadeu Motokane	Doutor 1	Doutor 2	Ensino de Ciências
9.	Maura Helena Manfrin	Doutor 1	Doutor 2	Ciências Biológicas – Genética Animal e Biodiversidade
10.	Milton Groppo	Doutor 1	Doutor 2	Ciências Biológicas e da Saúde
11.	Rodrigo Augusto Santinelo Pereira	Doutor 1	Doutor 2	Ecologia (interação inseto-planta)
12.	Wagner Eustáquio Paiva Avelar	Doutor 1	Doutor 2	Zoologia

Total Docentes: 36

Doutores: 22

Associados: 8

Total de inscritos: 12

Inscritos para Associado 2: 1

Inscritos para Associado 3: 4

Inscritos para Doutor 2: 7

Computação e Matemática

	Nome	Carreira atual	Inscrito para	Área
1	Alessandra Alaniz Macedo	Doutor 1	Doutor 2	Ciência da Computação – Sistemas de Computação
2	Benito Frazão Pires	Doutor 1	Doutor 2	Sistemas Dinâmicos e Teoria Ergódica (Matemática)
3	Cléver Ricardo Guareis de Farias	Doutor 1	Doutor 2	Ciência da Computação
4	Evandro Eduardo Seron Ruiz	Doutor 1	Doutor 2	90100000 Interdisciplinar (90193000 Engenharia / Tecnologia / Gestão) ou 10300007 Ciência da Computação (1030400 Sistema de Computação)
5	Fernando Pigeard de Almeida Prado	Doutor 1	Doutor 2	Probabilidade e Estatística
6	Geraldine Góes Bosco	Doutor 1	Doutor 2	Matemática (Probabilidade e Estatística)
7	Joaquim Cezar Felipe	Doutor 1	Doutor 2	Ciência da Computação (Informática Biomédica)
8	Jose Augusto Baranauskas	Doutor 1	Doutor 2	Metodologia e Técnicas da Computação, Inteligência Artificial (Aprendizado de Máquina)
9	Luiz Otavio Murta Junior	Doutor 1	Doutor 2	Engenharia Biomédica
10	Marcelo Rempel Ebert	Doutor 1	Doutor 2	Análise Matemática – Equações Diferenciais Parciais
11	Maria Aparecida Bená	Doutor 1	Doutor 2	Ciências Exatas e da Terra / Matemática / Análise / Equações Diferenciais Funcionais Retardadas
12	Renato Tinós	Doutor 1	Doutor 2	Ciência da Computação
13	Ricardo Zorzetto Nicolliello Vêncio	Doutor 1	Doutor 2	Multidisciplinar (Bioinformática) ou Ciências Biológicas

Total Docentes: 22

Doutores: 20

Associados: 1

Total de inscritos: 13

Inscritos para Doutor 2: 13

Educação, Informação e Comunicação

	Nome	Carreira atual	Inscrito para	Área
1.	Lucilia Maria Sousa Romão	Associado 1	Associado 2	Humanidades – Ciência da Informação
2.	José Marcelino de Rezende Pinto	Associado 1	Associado 3	Administração Educacional e financiamento da educação
3.	Ana Lucia Horta Nogueira	Doutor 1	Doutor 2	Educação
4.	Ana Raquel Lucato Cianflone	Doutor 1	Doutor 2	Ciências Humanas – Psicologia da Educação
5.	Andrea Coelho Lastória	Doutor 1	Doutor 2	Educação – Ensino de Geografia e História
6.	Clarice Sumi Kawasaki	Doutor 1	Doutor 2	Educação – Ensino de Ciências e Educação Ambiental
7.	Claudio Marcondes de Castro Filho	Doutor 1	Doutor 2	Humanidades e Sociais – Ciência da Informação
8.	Elaine Sampaio Araújo	Doutor 1	Doutor 2	Educação
9.	Elmir de Almeida	Doutor 1	Doutor 2	Educação – Fundamentos da Educação
10.	Giulia Crippa	Doutor 1	Doutor 2	Ciência da Informação
11.	Marco Antonio de Almeida	Doutor 1	Doutor 2	Ciência da Informação e Documentação (Apropriação Social da Informação)
12.	Mauricio dos Santos Matos	Doutor 1	Doutor 2	Educação: Ensino de Química e Educação Ambiental
13.	Noeli Prestes Padilha Rivas	Doutor 1	Doutor 2	Educação Didática
14.	Silvia Maria do Espírito Santo	Doutor 1	Doutor 2	Ciência Social Aplicada – Ciências da Informação e da Documentação
15.	Soraya Maria Romano Pacífico	Doutor 1	Doutor 2	Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa
16.	Teise Oliveira Guaranha Garcia	Doutor 1	Doutor 2	Educação / Administração Educacional / Administração de Unidades Educativas

Total Docentes: 32

Doutores: 27

Associados: 3

Total de inscritos: 16

Inscritos para Associado 2: 1

Inscritos para Associado 3: 1

Inscritos para Doutor 2: 14

Física

	Nome	Carreira atual	Inscrito para	Área
1.	Martin Eduardo Poletti	Associado 1	Associado 2	Engenharia Biomédica
2.	Alexandre Souto Martinez	Associado 1	Associado 3	Física
3.	Antonio Adilton Oliveira Carneiro	Associado 1	Associado 3	Física Aplicada a Medicina e Biologia
4.	Antônio Carlos Roque da Silva Filho	Associado 1	Associado 3	Engenharia Biomédica (Modelagem de Fenômenos Biológicos)
5.	Antonio José da Costa Filho	Associado 1	Associado 3	Biofísica Molecular
6.	Marcelo Mulato	Associado 1	Associado 3	Física Aplicada – Sensores e Materiais para Aplicações em Medicina e Biologia
7.	Nelson Augusto Alves	Associado 1	Associado 3	Física (teórica), Física da Matéria Condensada e Física Aplicada ao Problema do envolvimento de proteínas
8.	Osame Kinouchi Filho	Associado 1	Associado 3	Física Estatística
9.	Alessandro Marins da Costa	Doutor 1	Doutor 2	Engenharia Nuclear
10.	Carlos Ernesto Garrido Salmon	Doutor 1	Doutor 2	Física – Física Médica
11.	Eder Rezende Moraes	Doutor 1	Doutor 2	Física – Física Médica
12.	Luciano Bachmann	Doutor 1	Doutor 2	Física da Matéria Condensada
13.	Patricia Nicolucci	Doutor 1	Doutor 2	Engenharia Biomédica
14.	Ubiraci Pereira da Costa Neves	Doutor 1	Doutor 2	Física Estatística

Total Docentes: 18

Doutores: 6

Associados: 9

Total de inscritos: 14

Inscritos para Associado 2: 1

Inscritos para Associado 3: 7

Inscritos para Doutor 2: 6

Música

	Nome	Carreira atual	Inscrito para	Área
1.	Rodolfo Nogueira Coelho de Souza	Associado 1	Associado 3	Teoria e Composição Musical
2.	Fátima Graça Monteiro Corvisier	Doutor 1	Doutor 2	Música – Práticas interpretativas
3.	Fernando Crespo Corvisier	Doutor 1	Doutor 2	Música – práticas interpretativas
4.	Marcos Câmara de Castro	Doutor 1	Doutor 2	Regência e Canto Coral
5.	Maria Yuka de Almeida Prado	Doutor 1	Doutor 2	Canto
6.	Silvia Maria Pires Cabrera Berg	Doutor 1	Doutor 2	Educação Musical

Total Docentes: 13

Doutores: 9

Associados: 1

Total de inscritos: 6

Inscritos para Associado 3: 1

Inscritos para Doutor 2: 5

Psicologia

	Nome	Carreira atual	Inscrito para	Área
1.	Manoel Antonio dos Santos	Associado 1	Associado 3	Humanidades – Psicologia – Psicoterapia Psicanalítica
2.	Sonia Regina Pasian	Associado 1	Associado 3	Humanidades / Psicologia (avaliação psicológica)
3.	Vera Lucia Navarro	Associado 1	Associado 3	Humanidades – Sociologia do Trabalho / Saúde do Trabalhador
4.	Ana Paula Soares da Silva	Doutor 1	Doutor 2	Humanidades (Psicologia) – Psicologia do Desenvolvimento e Educação Infantil
5.	Antonio dos Santos Andrade	Doutor 1	Doutor 2	Psicologia – Psicologia Escolar
6.	Carmen Lúcia Cardoso	Doutor 1	Doutor 2	Ciências Humanas – Psicologia da Saúde
7.	Francirosy Campos Barbosa Ferreira	Doutor 1	Doutor 2	Humanas – Antropologia (antropologia das formas expressivas – imagem, performance)
8.	José Francisco Miguel Henriques Bairrão	Doutor 1	Doutor 2	Psicologia Social
9.	Kátia de Souza Amorim	Doutor 1	Doutor 2	Psicologia do Desenvolvimento
10.	Marina Rezende Bazon	Doutor 1	Doutor 2	Psicologia: Tratamento e Prevenção Psicológica – Programas de Atendimento Comunitário (Infância e Juventude)
11.	Sérgio Kodato	Doutor 1	Doutor 2	Psicologia Social
12.	Sérgio Sheiji Fukusima	Doutor 1	Doutor 2	Psicologia Experimental: Percepção e Psicofísica
13.	Sylvia Domingos Barrera	Doutor 1	Doutor 2	Psicologia Escolar
14.	Thais Zerbini	Doutor 1	Doutor 2	Humanidades e Sociais (Psicologia)

Total Docentes: 37

Doutores: 26

Associados: 3

Total de inscritos: 14

Inscritos para Associado 3: 3

Inscritos para Doutor 2: 11

Química

	Nome	Carreira atual	Inscrito para	Área
1.	Marilda das Dores Assis	Associado 1	Associado 2	Química Inorgânica
2.	Adalgisa Rodrigues de Andrade	Associado 1	Associado 3	Exatas, Química, Eletroquímica
3.	Gil Valdo José da Silva	Associado 1	Associado 3	Ciências Exatas (Química / Química Orgânica)
4.	José Fernando de Andrade	Associado 1	Associado 3	Exatas / Química / Química Analítica
5.	José Mauricio Rosolen	Associado 1	Associado 3	Físico-Química: Ciências de Materiais e Baterias de Íons de lítio
6.	Maria Elisabete Darbello Zaniquelli	Associado 1	Associado 3	Química (Ciências Exatas e da Terra / Química / Físico-Química de Interfaces)
7.	Paulo Marcos Donate	Associado 1	Associado 3	Ciências Exatas (Química, Química Orgânica)
8.	Pietro Ciancaglini	Associado 1	Associado 3	Biológicas / Bioquímica / Enzimologia / Biofísica de sistemas e Processos
9.	Richard John Ward	Associado 1	Associado 3	Bioquímica e Biofísica de Proteínas
10.	Arthur Henrique Cavalcante de Oliveira	Doutor 1	Doutor 2	Ciências Biológicas / Bioquímica / Química de Macromoléculas / Proteínas / Biofísica de Proteínas de Parasitas
11.	Celso Teixeira Mendes Junior	Doutor 1	Doutor 2	Ciências Biológicas – Genética Humana e Médica
12.	Fritz Cavalcante Huguenin	Doutor 1	Doutor 2	Química / Eletroquímica
13.	Gláucia Maria da Silva	Doutor 1	Doutor 2	Ensino de Química
14.	Grégoire Jean-François Demets	Doutor 1	Doutor 2	Química Inorgânica
15.	Laura Tiemi Okano	Doutor 1	Doutor 2	Química Orgânica – Fotoquímica Orgânica
16.	Luis Gustavo Dias	Doutor 1	Doutor 2	Físico-Química
17.	Luiz Alberto Beraldo de Moraes	Doutor 1	Doutor 2	Química Orgânica
18.	Marcelo Firmino de Oliveira	Doutor 1	Doutor 2	Exatas / Química / Química Analítica
19.	Márcia Andreia Mesquita Silva da Veiga	Doutor 1	Doutor 2	Química Analítica
20.	Maria Lucia Arruda de Moura Campos	Doutor 1	Doutor 2	Química Ambiental
21.	Rogéria Rocha Gonçalves	Doutor 1	Doutor 2	Química Inorgânica
22.	Rosa dos Prazeres Melo Furriel	Doutor 1	Doutor 2	Ciências Biológicas / Bioquímica / Enzimologia e Bioquímica de Microorganismos
23.	Sérgio Emanuel Galembeck	Doutor 1	Doutor 2	Físico-Química
24.	Carmen Lucia Cardoso	Doutor 1	Doutor 2	Química Orgânica / Química de Produtos Naturais

Total Docentes: 50

Doutores: 29

Associados: 14

Total de inscritos: 24

Inscritos para Associado 2: 1

Inscritos para Associado 3: 8

Inscritos para Doutor 2: 15

QUADRO GERAL DE NOTAS

CONCURSO DE PROFESSOR TITULAR
 DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA
 CONJUNTO DE DISCIPLINAS DE BIOLOGIA GERAL

Candidato: Prof. Dr. CARLOS ALBERTO GARÓFALO

EXAMINADORES	PROVAS	Erudição	Títulos	Arguição	Total de Pontos	Média Geral
Profs. Drs.	PESOS	2	5	3		
DEJAIR MESSAGE		10	10	10	100	10,00
SÉRGIO ANTÔNIO DE BORTOLI		10	10	10	100	10,00
LUÍS CARLOS MARCHINI		10	10	10	100	10,00
FERNANDO LUÍS MEDINA MANTELATTO		10	10	10	100	10,00
JOÃO ATÍLIO JORGE		10	10	10	100	10,00

Ribeirão Preto, 14 de fevereiro de 2012.



Prof. Dr. JOÃO ATÍLIO JORGE - Presidente



Prof. Dr. DEJAIR MESSAGE



Prof. Dr. SÉRGIO ANTÔNIO DE BORTOLI



Prof. Dr. LUÍS CARLOS MARCHINI



Prof. Dr. FERNANDO LUÍS MEDINA MANTELATTO



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

CONCURSO DE PROFESSOR TITULAR
DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA
CONJUNTO DE DISCIPLINAS DE BIOLOGIA GERAL

Candidato: Prof. Dr. CARLOS ALBERTO GARÓFALO

Relatório final do concurso para provimento do cargo/claro nº 179230 de Professor Titular junto ao Departamento de Biologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, no Conjunto de Disciplinas de Biologia Geral, ao qual estava inscrito o candidato Prof. Dr. Carlos Alberto Garófalo.

A prova pública oral de erudição do candidato inscrito, Prof. Dr. Carlos Alberto Garófalo, iniciou-se às nove horas e encerrou-se às dez horas, tendo sido o candidato inquirido pela Comissão Julgadora até as onze horas. Em seguida a Comissão Julgadora atribuiu as notas dessa prova ao candidato, encerrando-as em envelopes devidamente lacrados.

Na sequência dos trabalhos, a Comissão Julgadora se reuniu dando início ao julgamento dos títulos, tendo concluído a avaliação do candidato inscrito às doze horas, sendo as notas encerradas nos respectivos envelopes.

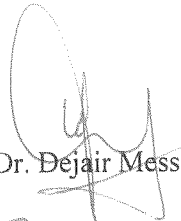
Às treze horas e trinta minutos o candidato foi submetido à prova pública oral de arguição, tendo o candidato respondido às questões formuladas pelos membros da Comissão Julgadora até as dezessete horas e cinco minutos. Da mesma forma, foram encerradas as notas nos envelopes.

Em seguida, às dezessete horas e quarenta minutos, em sessão pública, foram conhecidas as notas atribuídas ao candidato e que constam do quadro geral de notas que acompanha a presente documentação.

Face ao exposto, a Comissão Examinadora considerou o candidato plenamente habilitado, e o indica, por unanimidade, à Colenda Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para o provimento do cargo/claro nº 179230 de Professor Titular.

Ribeirão Preto, 14 de fevereiro de 2012.


Prof. Dr. João Atílio Jorge - Presidente


Prof. Dr. Dejair Message


Prof. Dr. Sérgio Antônio De Bortoli


Prof. Dr. Luís Carlos Marchini


Prof. Dr. Fernando Luís Medina Mantelatto